

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEduc
Mestrado Profissional em Educação

DANIEL MENDONÇA DE SOUZA

**A EDUCAÇÃO PARA A PAZ E A RESOLUÇÃO PACÍFICA DOS CONFLITOS
COMO CAMINHOS PARA PREVENIR E COMBATER A VIOLÊNCIA**

Jaguarão
2021

DANIEL MENDONÇA DE SOUZA

**A EDUCAÇÃO PARA A PAZ E A RESOLUÇÃO PACÍFICA DOS CONFLITOS
COMO CAMINHOS PARA PREVENIR E COMBATER A VIOLÊNCIA**

Relatório Crítico-Reflexivo apresentado ao
Mestrado Profissional em Educação da
Universidade Federal do Pampa, como
requisito parcial para obtenção do Título de
Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Lúcio Jorge Hammes

**Jaguarão
2021**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

S729e Souza, Daniel Mendonça de Souza

A EDUCAÇÃO PARA A PAZ E A RESOLUÇÃO PACÍFICA DOS
CONFLITOS COMO CAMINHOS PARA PREVENIR E COMBATER A
VIOLÊNCIA / Daniel Mendonça de Souza.

81 p.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Pampa, MESTRADO EM EDUCAÇÃO, 2021.

"Orientação: Lúcio Jorge Hammes".

1. Violência. 2. Conflitos. 3. Educação para Paz.
4. Pesquisa-ação. 5. Diálogo. I. Título.

DANIEL MENDONÇA DE SOUZA

**A EDUCAÇÃO PARA A PAZ E A RESOLUÇÃO PACÍFICA DOS CONFLITOS COMO CAMINHOS PARA
PREVENIR E COMBATER A VIOLÊNCIA**

Relatório Crítico-Reflexivo apresentado ao
Mestrado Profissional em Educação da
Universidade Federal do Pampa, como requisito
parcial para obtenção do Título de Mestre em
Educação.

Dissertação defendida e aprovada em: 06 de dezembro de 2021.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Lúcio Jorge Hammes - Orientador (UNIPAMPA)

Prof. Dr. Bento Selau da Silva Júnior (UNIPAMPA)

Prof. Dr Itamar Luís Hamme (IFSUL)



Assinado eletronicamente por **BENTO SELAU DA SILVA JUNIOR, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 06/12/2021, às 10:39, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **LUCIO JORGE HAMMES, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 06/12/2021, às 12:11, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0684735** e o código CRC **814CAA99**.

Dedico este trabalho a minha companheira Franciane e aos meus filhos Vicente e Bento.

AGRADECIMENTO

Ao prof. Dr. Lúcio Jorge Hammes, meu orientador e companheiro nesta jornada.

Ao prof. Dr. Bento Selau da Silva Junior, exemplar professor.

Ao prof. Dr. Itamar Luís Hammes pelas considerações na qualificação.

Aos colegas professores e funcionários da Escola Padre Pagliani.

“É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo...”

Paulo Freire

RESUMO

Este Relatório Crítico-Reflexivo é resultado de uma pesquisa que objetivou, a partir de uma cultura de diálogo, buscar estratégias na Educação de Jovens e Adultos (EJA), analisando se estas estratégias foram oportunas para o combate à violência e a promoção da cultura de paz. Como principais linhas teóricas apresentamos um diálogo entre Paulo Freire e Hannah Arendt. O método usado foi a pesquisa-ação com oito professores da EJA da escola Padre Pagliani. Como instrumentos de coleta de dados utilizamos o questionário e o diário de campo. Os dados foram analisados através da análise de conteúdo. Em conjunto com este grupo foi possível planejar ações que possibilitem trabalhar a resolução não violenta dos conflitos através da mediação que privilegia o diálogo entre os envolvidos. Os resultados apontam um caminho capaz de iniciar um processo de mudança de uma cultura da violência almejando uma cultura de paz.

Palavras-Chave: Violência. Conflitos. Educação para Paz.

RESUMEN

Este Informe Crítico-Reflexivo es el resultado de una investigación que tuvo como objetivo, desde una cultura de diálogo, buscar estrategias en la Educación de Jóvenes y Adultos (EJA), analizando si estas estrategias eran oportunas para combatir la violencia y promover una cultura de paz. Como líneas teóricas principales presentamos un diálogo entre Paulo Freire y Hannah Arendt. El método utilizado fue la investigación acción con ocho docentes de la EJA de la escuela Padre Pagliani. Como instrumentos de recolección de datos se utilizó el cuestionario y el diario de campo. Los datos fueron analizados a través del análisis de contenido. Junto a este grupo fue posible planificar acciones que permitan trabajar en la resolución no violenta de conflictos a través de una mediación que privilegie el diálogo entre los involucrados. Los resultados apuntan a un camino capaz de iniciar un proceso de cambio desde una cultura de violencia hacia una cultura de paz.

Palabras clave: Violencia. Conflictos. Educación para la paz.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fotografia da escola.....	19
Figura 2 – Representação em quatro fases do ciclo básico da investigação-ação.	29

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados do grupo de estudos.....	22
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF – Constituição Federal

CIPAVE – Comissões internas de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar

ECA – Estatuto da Criança e Adolescente

EJA – Educação de Jovens e Adultos

E.M.E.F – Escola Municipal de Ensino Fundamental

INFOPEM – Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

OMS – Organização Mundial da Saúde

PPP – Projeto Político Pedagógico

PNE – Plano Nacional de Educação

SMED – Secretaria Municipal de Educação e Desporto

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 O CONTEXTO DO PLANO DE AÇÃO	19
2.1 Os sujeitos da pesquisa	21
2.2 A EJA na Escola Padre Pagliani.....	23
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	24
3.1 A Pesquisa-Ação	24
3.2 Os encontros	26
3.3 Método de análise dos dados	30
4 MARCO TEÓRICO	32
4.1 Conceito de Violência	32
4.2 Um breve histórico sobre a violência	33
4.3 A violência entre opressores e oprimidos	35
4.4 A violência no ambiente escolar.....	37
4.4.1 Violências contra a escola.....	38
4.4.2 Violência simbólica.....	39
4.4.3 Violências na escola.....	39
4.5 Do combate a violência a educação para a Paz.....	41
4.5.1 Cultura de Paz.....	47
5 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS RESULTADOS	49
5.1 A violência na escola Padre Pagliani	49
5.2 A mediação dos conflitos como uma forma de prevenção da violência... ..	55
5.3 A busca pela Paz	59
5.4 Os possíveis caminhos para a mudança.....	60
5.4.1 Legitimar as práticas dos profissionais... ..	60
5.4.2 Firmar parcerias com a comunidade escolar e entes públicos.....	61

5.4.3 A formação continuada dos professores.....	62
5.4.4 Trabalhar a capacidade de perdoar.....	63
5.5 Avaliação da pesquisa.....	64
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
REFERÊNCIAS	67
APÊNDICES	71
ANEXOS.....	77

APRESENTAÇÃO: OS CAMINHOS QUE ME LEVARAM AO TEMA DO TRABALHO

1

Minha história começa no ano de 1983, na periferia de Pedro Osório/RS. Aos cinco anos ingressei no primeiro ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental São Miguel no mesmo bairro periférico que residia. Foi nesta escola que aprendi a ler e escrever e também senti na pele o que era violência física e psicológica. A pouca idade e as constantes agressões sofridas me levaram fugir várias vezes da escola antes do término das aulas. Posteriormente, no ano de 1992, após uma grande enchente que fez o Rio Piratini Subir 18 metros acima de seu leito e levar minha casa e também a escola em que eu estudava, eu e minha família viemos morar na cidade de Jaguarão. Nesta cidade, conclui o ensino fundamental na Escola Estadual de Ensino Fundamental Hermes Pintos Affonso e o ensino médio na Escola Estadual Carlos Alberto Ribas. Enquanto cursava o ensino médio, trabalhava durante o dia e estudava a noite. Aos 17 anos, após completar o ensino médio não havia curso superior na cidade de Jaguarão. Sem condições financeiras de me manter em outra cidade para estudar, meus estudos entraram em hiato por longos 5 anos. Não foi um começo fácil!

Com a criação da Unipampa em 2006, universidade pública e gratuita onde pobre podia estudar, ingressei na segunda turma do curso de Pedagogia. Nesta Universidade sofri um processo de transformação durante os 4 anos do curso. Tive grandes professores: Bento, Everton, Georgina, Lúcio, Mauricio, Regina, Simone, Silvana e Silvia. Os ensinamentos me tornaram uma pessoa melhor e hoje carrego comigo um pouco desses excelentes profissionais.

Desde os 15 anos trabalhei no comércio e, buscando conhecimentos que proporcionassem um retorno financeiro mais rapidamente, ingressei no curso de Tecnologia em Processos Gerenciais, pela Uniasselvi. Em 2009 conclui o curso, os ensinamentos na área empresarial me levaram a um crescimento profissional e também a cursar uma pós-graduação em Administração Estratégica na mesma Universidade.

Em 2010, após a formatura em Pedagogia ingressei como professor dos anos iniciais no Município de Jaguarão/RS. Como professor da educação básica, atuei nos primeiros anos de trabalho em uma escola da periferia desta cidade. Nesta escola,

¹ O tempo verbal deste relato utilizo a primeira pessoa do singular. No que se refere a pesquisa-ação utilizo a primeira pessoa do plural, pois sou um dos participantes do grupo de estudos.

presenciei uma grande desigualdade social e inúmeros episódios de violência. Em um episódio específico fui agredido fisicamente por um ex-aluno que invadiu a escola para bater em um desafeto.

O interesse por esse complexo fenômeno social nomeado violência foi o que me motivou a continuar estudando. Ingressei no curso de Direito da UFPEL em 2011 imaginando encontrar as respostas para a violência. Para tal, dediquei boa parte do curso para estudar pessoas que haviam cometido algum tipo de violência e, por este motivo, estavam encarceradas. Nesta pequena parcela da população, constatei que, na maioria dos casos, a criminalidade estava relacionada com a baixa escolaridade dos detentos. Os dados do Ministério da Justiça corroboraram nossas conclusões, já que, segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEM, 2014, p. 58), " [...] o grau de escolaridade da população prisional brasileira é extremamente baixo. (...) aproximadamente oito em cada dez pessoas presas estudaram, no máximo, até o ensino fundamental". Mudavam os sujeitos, mas a história tendia a se repetir: os jovens, ainda em idade escolar, cometiam atos violentos. A sucessão de violências levava estes jovens ao encarceramento e nos presídios encontravam uma escola em tempo integral para o crime. Formei-me em Direito no final de 2016 e advoguei até 2019. Neste período, tomei conhecimento de dois ex-alunos que estavam presos por tráfico de drogas e de um ex-aluno que cumpria medidas socioeducativas por homicídio.

Ainda como professor do município, no ano de 2019, ingressei no noturno da escola *lócus* desta pesquisa onde passei a atuar junto a EJA. Neste mesmo ano, presenciei inúmeros conflitos que não foram resolvidos de forma pacífica e se desenvolveram de forma violenta. Minha experiência pessoal me fez perceber que a situação não mudou e que a violência ainda é uma realidade nas escolas brasileiras.

No final de 2019 regressei a Unipampa como mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação. Na Universidade que me tornei professor, continuo buscando os caminhos para prevenir e combater a violência.

1 INTRODUÇÃO

Este relatório crítico reflexivo é sobre um grupo de professores unidos para prevenir e combater a violência. Diante de um assunto tão amplo e complexo, foi necessário um estreitamento do assunto em virtude do tempo e das dificuldades enfrentadas neste período pandêmico.

No ano de 2019, presenciamos diversos episódios de violência no âmbito da escola Padre Pagliani. Estas violências geraram grande preocupação por parte dos docentes da escola e nos levaram a criar um grupo de estudos para problematizar estas questões.

A justificativa desta pesquisa se deve ao fato de que na escola, *locus* desta pesquisa, foi realizado um estudo preliminar onde foi possível acompanhar o desenvolvimento de conflitos e seus desdobramentos em violências, revelando dificuldades enfrentadas pelos profissionais na sua resolução. Conforme registros de Atas², aconteceram vários episódios de violência no período noturno. Dentre estes episódios, estão registradas (livro de atas 2019): agressões físicas entre os alunos; agressões verbais por parte de alunos a seus colegas e professores; ameaças entre alunos; ameaças contra a integridade física dos professores; entre outros. Além disso, essa pesquisa se justifica devido a necessidade de a escola implementar práticas que vão ao encontro do que determina a legislação no que se refere a combater a violência e promover uma cultura de paz já que, com o advento da LEI Nº 13.663 (BRASIL, 2018), esta é uma obrigação dos estabelecimentos de ensino. Diante deste cenário atual Hammes aponta que:

A situação de hoje requer a elaboração de estudos e ações que vão ao encontro da paz duradora. Por isso, pode ser necessário elaborar novos “tratados de paz”, mas também a formação de pessoas para que possam conviver com o diferente e resolver os conflitos de modo não-violento. Propõe-se um “movimento pela paz”, com um convite especial para aqueles que mais sofreram pela falta de paz. A sociedade civil pode mobilizar iniciativas de paz antes que a crise esteja fora de controle e vidas sejam perdidas (HAMMES, 2009, p.17)

² Para esta pesquisa foi consultado o Livro de Atas que é onde são registradas as ocorrências da escola.

Ante o interesse da comunidade escolar em resolver esta problemática envolvendo a violência na escola, esta pesquisa teve uma abordagem qualitativa do tipo pesquisa-ação e foi desenvolvida em conjunto com oito professores que atuam na EJA no turno da noite.

Diante disso, apresento esta pesquisa de Mestrado (APÊNDICE I) que ocorreu na Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Pagliani, localizada no município de Jaguarão - RS. Esta pesquisa objetivou, a partir de uma cultura de diálogo, buscar estratégias na Educação de Jovens e Adultos (EJA), analisando se estas estratégias foram oportunas para o combate à violência e a promoção da cultura de paz. Especificamente objetivou: a) Possibilitar uma reflexão sobre a problemática da violência no ambiente escolar estimulando a participação de professores como agentes promotores de uma cultura de paz; b) Dialogar sobre formas positivas de resolução dos conflitos no ambiente escolar preparando a comunidade escolar Padre Pagliani para viver em uma cultura de paz.

Inicialmente, os pesquisadores se reuniram em dois encontros presenciais, onde definiram que esta pesquisa seria baseada na relação dialógica e na troca de saberes entre os participantes. Além disso, ficou definido que trabalharíamos com base em três temas geradores: violência, conflitos e Educação Para a Paz. Posteriormente, os pesquisadores responderam um questionário com perguntas abertas sobre estes temas geradores. Depois disso, os professores se reuniram em 4 encontros síncronos e um encontro presencial para dialogar sobre a temática, pois entendemos que a solução para esta problemática deveria surgir de dentro da escola.

No capítulo 2 apresento o contexto do plano de ação, no capítulo 3 trato dos procedimentos metodológicos, no capítulo 4 apresento o marco teórico, no capítulo 5 apresento os dados da pesquisa e análise dos resultados e, por fim, no capítulo 6 apresento as considerações finais.

2 O CONTEXTO DO PLANO DE AÇÃO

A pesquisa-ação foi desenvolvida na Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Pagliani, situada na praça Dr. Hermes Pintos Affonso, nº 75, no centro da Cidade de Jaguarão/RS. Trata-se de uma escola pública municipal onde os pesquisadores atuam como professores.

Figura 1 – E.M.E.F. Padre Pagliani



Fonte: Produzido pelo autor

Para a coleta de dados sobre a escola utilizamos a pesquisa documental que se baseou na análise do regimento escolar, do Projeto Político Pedagógico e das atas onde há o registro de ocorrências. Sobre esse tipo de dados dispõe Gil:

Há dados que embora referentes a pessoas, são obtidos de maneira indireta, que tomam a forma de documentos, como livros, jornais, papéis oficiais, registros estatísticos, fotos, discos, filmes e vídeos, que são obtidos de forma indireta. Essas fontes documentais são capazes de proporcionar ao pesquisador dados em quantidade e qualidade suficiente para evitar a perda de tempo e o constrangimento que caracterizam muitas das pesquisas em que os dados são obtidos diretamente das pessoas. Sem contar que em muitos casos só se torna possível realizar uma investigação social por meio de documentos. (GIL, 2008, p. 147).

Para Diehl e Tatim, (2004, p. 58) entre as vantagens da pesquisa documental “está o fato de que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como a análise dos documentos, em muitos casos, além da capacidade do pesquisador, exige apenas disponibilidade de tempo”.

A escola foi fundada pelo Padre Humberto Pagliani em 1924. Atualmente atende alunos da Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA. No turno matutino a escola atende alunos do 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental, no turno vespertino do Pré-Escolar do 1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental e no turno noturno a escola atende alunos matriculados na EJA etapas 1 a 6, que correspondem ao 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental.

A escola conta com um quadro docente de 39 professores para atender 356 alunos distribuídos em 23 turmas nos períodos matutino, vespertino e noturno. Destes alunos, 57 estão matriculados na pré-escola, 96 estão matriculados no turno da manhã, 108 no turno da tarde e 97 alunos estão matriculados no turno da noite.

No que se refere às instalações de ensino a escola apresenta 9 salas de aula, sala de diretoria, sala de professores, laboratório de informática, sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE), cozinha, biblioteca, parque infantil, banheiro adequado à educação infantil, banheiro adequado à alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, sala de secretaria, refeitório e pátio com uma quadra de esportes descoberta.

Em relação ao turno da noite, a escola recebe educandos, em sua maioria, provenientes de outros bairros, pois é a única escola municipal a oferecer a modalidade EJA.

O Projeto Político Pedagógico da escola Padre Pagliani, apresenta como filosofia:

Educar partindo do princípio: Prática-Teoria-Prática, trabalhando o olhar do aluno para a construção de uma sociedade justa, igualitária, vivenciadora de valores e conhecimentos socialmente úteis, almejando o desenvolvimento integral do ser humano, sujeito do contexto social e capaz de transformar o ambiente em que vive. (PPP, 2019, p.3)

De acordo com o PPP o objetivo da escola é:

Trabalhar os alunos para que tenham uma consciência crítica, capazes de produzir e compartilhar os conhecimentos, transformando-os em aprendizagem concreta e viabilizadora que venha a favorecer o crescimento de todos na realidade em que vivem. (PPP, 2019, p.3)

Dessa forma, os objetivos desta pesquisa estão de acordo com a filosofia e objetivo da escola já que prevemos uma mudança de uma cultura da violência para uma cultura da paz que ultrapasse os muros da escola, promovendo uma real mudança na realidade dos educandos. Entretanto, não há nenhuma menção nestes documentos no que se refere a prevenção e combate à violência na escola ou a promoção de uma cultura de paz na escola.

2.1 Os sujeitos da pesquisa

Os sujeitos³ desta pesquisa-ação foram os professores e equipe diretiva que atuam na Educação de Jovens e Adultos da escola. Foi criado um grupo de estudos, composto pelos seguintes membros: professora F (52 anos de idade e 31 anos de docência) professora G (57 anos de idade e 28 anos de docência), professora J (58 anos de idade e 27 anos de docência), professora V (50 anos de idade e 22 anos de docência), professora MD (53 anos de idade e 23 anos de docência), professora E (53 anos de idade e 22 anos de docência), professora M (62 anos de idade e 22 anos de docência) e professor D (37 anos de idade e 8 anos de docência).

Apresento abaixo uma tabela com dados do grupo de estudos dos professores que se propuseram a estudar a temática:

³ Os nomes dos professores foram preservados e eles serão identificados apenas pelo termo pesquisador seguido por letras.

Tabela 1: Dados do grupo de estudos

Pesquisador	Formação	Carga horária semanal
D	Licenciatura em Pedagogia, Bacharelado em Direito e Tecnologia em Processos Gerencias. Pós-graduação em Administração. Mestrando em Educação.	20 horas
E	Licenciatura em Pedagogia. Pós-graduação em Educação Infantil .	60 horas
F	Licenciatura em Letras.	40 horas
G	Licenciatura em curta em História e Geografia. Pós-graduação em Pedagogia Gestora com ênfase em Supervisão e Orientação e Especialização em Matemática e Mídias Digitais.	40 horas
J	Licenciatura em Ciências Físicas e Biológicas	40 horas
MD	Graduação em Matemática. Pós-graduação em Matemática; Especialização em Educação Ambiental e Estudos Sociais.	20 horas
M	Graduação em História e Geografia do Brasil. Pós-graduação em Estudos Sociais.	20 horas
V	Licenciatura em Letras. Pós-graduação em educação ambiental.	40 horas

Fonte: Elaborado pelo pesquisador

Inicialmente, na formação deste grupo de pesquisadores, contávamos com a participação de 6 professores. Entretanto, no ano de 2021, dois novos professores ingressaram no corpo docente da escola e, também, passaram a integrar este grupo de pesquisa. Este grupo, de 8 pesquisadores, compreendeu a totalidade dos professores e da equipe diretiva da escola que atuaram na EJA da escola no primeiro semestre do ano de 2021. O grupo se uniu em torno de uma preocupação comum com as proporções que a violência vem tomando na escola e decidiu, em conjunto, trabalhar de forma colaborativa⁴ na tentativa de ao menos minimizar essa problemática.

Os participantes assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido (APÊNDICE II).

⁴ Entendemos o trabalho colaborativo baseado em Lima (2002), que considera a existência de trabalho colaborativo quando dois ou mais professores trabalham em conjunto em prol da qualificação profissional dos envolvidos.

2.2 A EJA na Escola Padre Pagliani

A implementação da EJA na escola ocorreu no ano de 2020 e levou em consideração o perfil do aluno do turno da noite e os anseios da comunidade escolar.

Em 2019, aproximadamente 100 alunos com idades entre 15 e 76 anos frequentavam o ensino regular no turno da noite. Eles eram divididos em 4 turmas do sexto ao nono ano do ensino fundamental. Já no ano de 2020, com o objetivo de oportunizar aos alunos que não tiveram acesso ou não concluíram na idade própria o Ensino Fundamental e, visando proporcionar a estes alunos oportunidades educacionais considerando as suas características, seus interesses, condições de vida e de trabalho, o ensino regular noturno foi extinto e em seu lugar foi implementada na escola uma nova modalidade de ensino: a Educação de Jovens e Adultos.

De acordo com o art. 37 da LDB “a educação de jovens e adultos – EJA será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.” Ainda o parágrafo primeiro da referida lei preceitua que “os sistemas de ensino asseguram o direito ao estudo”. (BRASIL, 9.394)

Nesse sentido, o regimento escolar da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) dispõe:

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma Modalidade de Ensino que perpassa todos os níveis da Educação Básica do país. Essa Modalidade é destinada aos jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental na idade própria, com características que considerem as necessidades e disponibilidades dos sujeitos articulados com a sociedade em que estão inseridos e regulamentada por normas estabelecidas na Resolução do Conselho Municipal de Educação (CME nº 01 de 21 de março de 2018). (REGIMENTO ESCOLAR, 2019 p.15)

No princípio do ano de 2020 foram aplicadas provas classificatórias aos alunos do ensino regular e aos demais interessados, maiores de 15 anos. Segundo seu desempenho na avaliação, os alunos foram redistribuídos nas totalidades 3, 4, 5 e 6 da EJA, que correspondem aos anos finais do ensino fundamental. Com esta nova modalidade o currículo escolar foi reestruturado e o calendário tornou-se semestral, permitindo aos alunos ingressantes concluírem o ensino fundamental em menos tempo promovendo a reparação, igualdade de oportunidades e qualificação. (REGIMENTO ESCOLAR, 2019, p. 19)

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo será apresentada a pesquisa realizada, o método e procedimentos utilizados.

3.1 A Pesquisa-Ação

O procedimento metodológico utilizado nesta pesquisa foi a pesquisa-ação tendo como base teórica Thiollent (1986) e Tripp (2005).

De acordo com Tripp (2005, p.447), “a pesquisa-ação é uma forma de investigação-ação que utiliza técnicas de pesquisa consagradas para informar a ação que se decide tomar para melhorar a prática”. Para o mesmo autor “a pesquisa-ação requer ação tanto nas áreas da prática quanto da pesquisa, de modo que, em maior ou menor medida, terá características tanto da prática rotineira quanto da pesquisa científica” (TRIPP, 2005, p. 447). Já para Thiollent:

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (THIOLLENT, 1986, p. 14)

Para Tripp (2005 p.446) “A pesquisa-ação educacional é principalmente uma estratégia para o desenvolvimento de professores e pesquisadores de modo que eles possam utilizar suas pesquisas para aprimorar seu ensino e, em decorrência, o aprendizado de seus alunos”.

Este autor sugere que as fases de uma pesquisa-ação seguem as fases da investigação-ação. Segundo o mesmo autor, “Planeja-se, implementa-se, descreve-se e avalia-se uma mudança para a melhora de sua prática, aprendendo mais, no correr do processo, tanto a respeito da prática quanto da própria investigação”. (TRIPP, 2005, p.446). Thiollent (1986) dispõe de maneira semelhante, para o autor:

O planejamento de uma pesquisa-ação é muito flexível. Contrariamente a outros tipos de pesquisa, não se segue uma série de fases rigidamente ordenadas. Há sempre um vaivém entre várias preocupações a serem adaptadas em função das circunstâncias e da dinâmica interna do grupo de pesquisadores no seu relacionamento com a situação investigada. (THIOLLENT, 1986, p.51).

Tendo em vista a preocupação dos professores que atuam na escola sobre a problemática da violência, foi proposta a criação de um grupo de estudos composto pelos professores que atuam na EJA da escola, para, numa perspectiva freireana, construir estratégias de combate a violência e semear a Cultura da Paz na escola. Neste sentido, Thiollent (1986) defende a utilização da Pesquisa-Ação, porque neste tipo de pesquisa há um comprometimento dos participantes com a busca por soluções ou esclarecimentos sobre os problemas apresentados.

Considerando a pandemia mundial causada pelo covid-19 e a consequente suspensão das atividades presenciais nas escolas brasileiras, a pesquisa-ação ocorreu também de forma online, onde o contato físico foi substituído pelo virtual. Neste sentido para Hammes:

As tecnologias têm contribuído para aproximar as pessoas e podem ser úteis para que busquem elementos importantes para a resolução de seus conflitos. Em situações colegiadas e “anônimas” há mais disposição para expor ou compartilhar as demandas, conquistas ou frustrações. Na relação dialógica, a partir da interação com o outro, que é o “desconhecido”, é provável que se consiga refletir sobre outras possibilidades de intervenção naquilo que se deseja. (HAMMES, 2014, p. 107)

Diante deste cenário, no qual as tecnologias se tornaram essenciais para a continuidade do processo educativo, além das atividades presenciais, utilizamos atividades remotas síncronas e assíncronas para estudos e diálogos. Para Tori (2010, p.49), nas atividades remotas “emissor e receptor não se encontram no mesmo espaço físico e/ou possuem obstáculos sensoriais entre si”. Para o mesmo autor:

- Recurso síncrono: comunicação entre emissor e receptor, neste estudo representado por orientando e orientador, em tempo real, no qual não se tem intervalo de tempo significativo entre emissão e recepção da mensagem. Exemplos: Whatsapp e redes sociais, quando ambos estão online; chat com horário definido, conversa via Skype.
- Recurso assíncrono: comunicação entre emissor e receptor em tempos distintos, por exemplo, em um fórum de orientação. (TORI, 2010, p.50)

Desta forma, neste período de isolamento social, buscando minimizar a falta de contato presencial e potencializar a formação dos envolvidos, utilizamos encontros em salas de aulas virtuais através de videochamadas utilizando a ferramenta *google meet* e um grupo de *Whatsapp* para a interação e troca de materiais entre os membros do grupo de pesquisa.

3.2 Os encontros

Os encontros desta pesquisa-ação, virtuais e presenciais, se basearam nos “círculos de aprendizagem”. Que devido a atual situação de pandemia do COVID-19 foram adaptados para círculos virtuais de aprendizagem, respeitando o distanciamento social através do uso das tecnologias. Os círculos de aprendizagem tiveram como base a pedagogia freireana dos círculos de cultura

Onde tanto o educador como o educando, homens igualmente livres e críticos, aprendem no trabalho comum de uma tomada de consciência da situação que vivem. Uma pedagogia que elimina pela raiz as relações autoritárias, onde não há “escola” nem “professor”, mas círculos de cultura e um coordenador cuja tarefa essencial é o diálogo. (FREIRE, 1967, p. 26).

Nesse contexto “O diálogo é o momento em que os humanos se encontram para refletir sobre sua realidade tal como a fazem e refazem”. (FREIRE & SHOR, 2006, p.122). De acordo com Hammes:

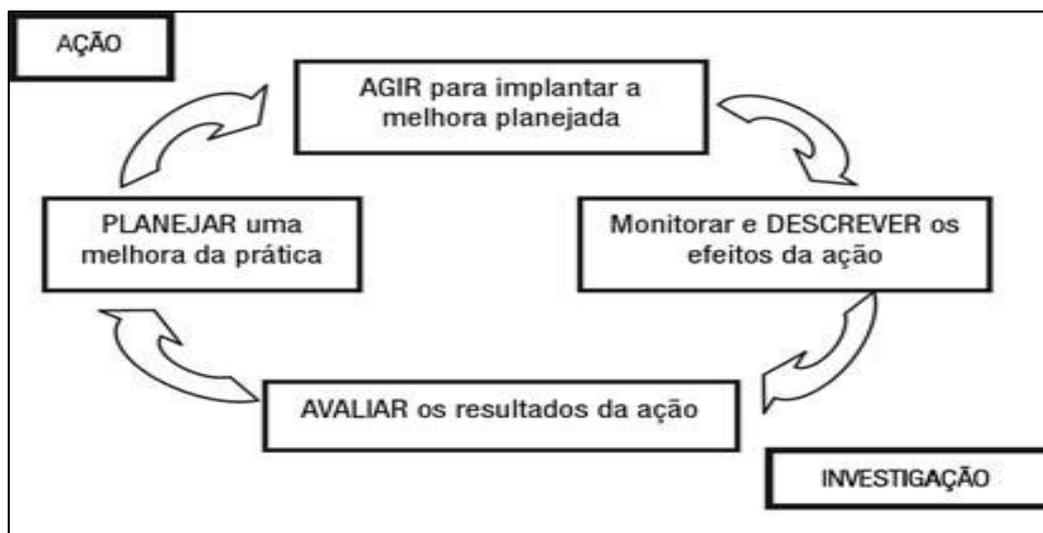
O processo de aprendizagem proposto por Freire é aquele em que todos aprendem na comunhão de saberes, na dinâmica dos círculos, onde o educador é um animador, aquele que ajuda a descobrir e fixar conhecimentos, assumindo a postura de aprender e ensinar, numa relação dialógica. (HAMMES et al, 2014, p. 105).

Nessa perspectiva, foram oportunizados momentos de formação conjuntamente com os participantes com a finalidade de estudar e debater sobre a problemática da violência no âmbito escolar e, fundamentadas nos estudos e nas experiências do grupo, elaborar estratégias para combater a violência e promover uma cultura de paz na escola.

Foram realizados três encontros presenciais e quatro encontros síncronos com o grupo. Cada encontro teve duração de aproximadamente uma hora. Os encontros síncronos foram gravados e posteriormente transcritos para análise dos dados.

Os encontros foram baseados num ciclo de ações para aperfeiçoar a prática dos participantes seguindo os preceitos de Tripp (2005), neste sentido o autor destaca quatro fases do ciclo básico da investigação-ação: “planejar, agir, monitorar e avaliar”.

Figura 2. Representação em quatro fases do ciclo básico da investigação-ação.



Fonte: Tripp (2005, p. 446). CICLO BÁSICO DA INVESTIGAÇÃO-AÇÃO.

No primeiro passo do ciclo proposto pelo autor, “planejar uma melhora da prática”, criamos um grupo de pesquisa formado por professores atuantes na EJA da Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Pagliani. Durante o planejamento foram definidos os encontros e os temas discutidos. Ficaram definidos um total de 7 encontros, sendo eles quatro encontros síncronos através da ferramenta *Google Meet* e 3 encontros presenciais. Além disso, foi criado um grupo de *WhatsApp* com intuito de qualificar a interação e oferecer possibilidades de trocas de materiais entre os membros do grupo de pesquisa. Cabe salientar que após a criação do grupo, o pesquisador responsável registrou junto a instituição a Autorização coparticipante, conforme (APÊNDICE III).

No segundo passo proposto por Tripp (2005) “agir para implantar a melhora planejada”, seguindo a proposta do ciclo citado acima, descreveremos os encontros planejados pelo grupo de pesquisadores.

O primeiro encontro presencial ocorreu em agosto de 2020 nas dependências da escola⁵. Neste encontro foi apresentada a proposta ao grupo de professores onde tivemos a adesão de 6 professores⁶. Após a apresentação dialogamos sobre as dificuldades que a escola estava encontrando para lidar com os episódios de violência envolvendo os alunos e sobre o sentimento de medo e insegurança dos professores quanto aos constantes episódios de violência ocorridos na escola no ano de 2019.

⁵ Os encontros presenciais ocorreram após as reuniões de professores na escola.

⁶ A totalidade dos professores que atuavam na escola no turno da noite neste período.

Num segundo momento, definimos o tipo de pesquisa e marcamos o segundo encontro presencial.

O segundo encontro presencial ocorreu em setembro de 2020. Neste encontro definimos que nos encontros para socialização das experiências trabalharíamos com três temas geradores, baseados na relação dialógica e na troca de saberes entre os participantes, violência, conflitos e Educação Para a Paz.

Os temas geradores foram definidos e distribuídos pelos pesquisadores em 4 encontros síncronos:

1. Primeiro Círculo Virtual de Aprendizagem Tema gerador: Violência;
2. Segundo Círculo Virtual de Aprendizagem Tema gerador: Conflito;
3. Terceiro Círculo Virtual de Aprendizagem Tema gerador: Educação Para a Paz;
4. Quarto Círculo Virtual destinado para avaliação e encerramento.

O primeiro encontro síncrono tinha previsão de ocorrer em março de 2021. Entretanto, em reunião presencial, ocorrida no início deste ano letivo para tratar sobre o possível retorno das aulas presenciais, o grupo de pesquisa optou por aguardar um possível retorno das aulas para dar continuidade a esta pesquisa.

O retorno presencial não ocorreu no primeiro semestre de 2021, ao final do mês de junho marcamos as datas dos encontros virtuais para ocorrerem durante o mês de julho de 2021.

O primeiro encontro virtual, cujo tema gerador foi violência, ocorreu no dia 12 de julho de 2021. Neste encontro a proposta inicial foi novamente discutida pelos pesquisadores. Após a apresentação da proposta ao grupo, os pesquisadores discutiram o texto “Falta de segurança nas escolas” (anexo II), foi possível promover um diálogo sobre a violência que assola a sociedade e as escolas. Após terem sido feitas análises dos materiais definimos um conceito para violência. Na segunda parte do encontro, ainda sobre o tema gerador violência, dialogamos sobre situações concretas de violência vivenciadas pelos professores na escola. Para isto, foram disponibilizadas imagens e charges que retratam algumas situações de violência (anexo III), buscamos dialogar sobre possíveis soluções para as situações apresentadas.

O segundo encontro ocorreu no dia 14 de julho de 2021. Neste encontro o tema gerador trabalhado foi o conflito, os pesquisadores analisaram os conceitos de conflito de Hammes (2009) e Chrispino (2007). Os pesquisadores assistiram ao vídeo “Práticas de sucessos na resolução de conflitos” da professora Telma Vinha (anexo

3). A partir do estudo desses conceitos e da análise em grupo do vídeo foi possível refletir e dialogar sobre formas positivas de resolução de conflitos que estimulem o diálogo passíveis de serem utilizadas na escola.

O terceiro encontro ocorreu no dia 19 de julho de 2021 e foi destinado para tratarmos da Educação para a paz. Neste encontro os pesquisadores dialogaram sobre o conceito de Educação para a Paz, baseados na autora Madalena Freire. No segundo momento, os pesquisadores discorreram sobre a legislação que torna obrigatória a implementação de estratégias para combater todos os tipos de violência na escola e implementar a cultura da paz. A partir destes estudos, os pesquisadores refletiram sobre possíveis estratégias para promover a paz na escola.

O quarto encontro que ocorreu no dia 19 de julho de 2021 foi dividido em dois momentos. No primeiro momento, os pesquisadores analisaram a música *Solo Le Pido a Dios* de autoria de Leon Giecco interpretada por Mercedes Sosa (anexo IV) a reflexão sobre a música possibilitou o diálogo principalmente sobre a questão das desigualdades sociais e da indiferença frente a dor do outro, refletimos sobre aprender com os erros e não se conformar com as violências. Em seguida, os professores discorreram sobre possíveis estratégias para implementarem em suas aulas no sentido de prevenção e combate à violência e para promoção da cultura de paz na escola. Após cada participante dar sua contribuição as estratégias foram analisadas pelo grupo. O segundo momento foi destinado a avaliação da pesquisa-ação, onde os participantes julgaram que os objetivos desta proposta foram atingidos. Cabe salientar que, esta pesquisa sensibilizou todos os professores e equipe diretiva da escola em torno de nossa proposta.

Ao final do quarto encontro síncrono, definimos que teríamos mais um encontro presencial para tratar novamente destas questões trabalhadas. O terceiro encontro presencial ficou marcado para ocorrer após a próxima reunião presencial em setembro de 2021. Dessa forma, último encontro presencial ocorreu no dia 23 de setembro de 2021. Neste encontro dialogamos sobre a avaliação da pesquisa-ação e sobre a importância de colocar em prática os combinados nos encontros.

3.3 Método de análise dos dados

Para monitorar e descrever os efeitos da ação dentro da proposta do ciclo de Tripp (2005) foi utilizado como instrumento de coleta de dados, um questionário (APÊNDICE IV), composto por perguntas abertas de forma online, junto aos participantes. De acordo com Gil o questionário é:

A técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado, etc. (GIL, 2008, p. 121)

O questionário permitiu identificar os saberes prévios do grupo sobre o tema estudado, assim como levantar dados sobre os episódios de violência que vem ocorrendo na escola e que não são registrados.

Utilizamos, também, o diário de campo⁷ para registrar os dados suscetíveis de serem interpretados

Para analisar os dados, foi adotada a metodologia da análise de conteúdos de Moraes, segundo o autor:

A análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum. (MORAES, 1999 p.08)

Sendo assim, nesta pesquisa-ação utilizamos as cinco etapas previstas por Moraes (1999, p. 10) sendo elas: “1 - Preparação das informações; 2 - Unitarização ou transformação do conteúdo em unidades; 3 - Categorização ou classificação das unidades em categorias; 4 - Descrição; 5 – Interpretação”.

Seguindo estas etapas, as informações foram primeiramente preparadas e transformadas em unidades. Posteriormente foram criadas 4 categorias onde os dados foram agrupados conforme as semelhanças: 1. A violência na escola Padre Pagliani; 2. A mediação de conflitos como uma forma de prevenção da violência; 3. A

⁷ O diário de campo de acordo com Falkembach é “onde se anotam todas as observações de fatos concretos, fenômenos sociais, acontecimentos, relações verificadas, experiências pessoais do investigador, suas reflexões e comentários”. Para este autor: “o diário de campo, mais do que um instrumento de anotações, pode funcionar como um ‘sistema de informação’”(FALKEMBACH, 1987 p.19).

busca pela Paz; 4. Os possíveis caminhos para a mudança. Após a criação das categorias os dados foram descritos e interpretados.

4 MARCO TEÓRICO

Neste capítulo, apresentaremos a teoria e os conceitos centrais do trabalho. Inicialmente trataremos do conceito de violência seguindo por um breve retrospecto histórico sobre a violência em sentido amplo e pela violência entre opressores e oprimidos até a violência no ambiente escolar. Ao final trataremos do combate a violência da educação para a Paz onde apresentaremos a legislação que trata da obrigatoriedade do combate a violência nas escolas e da promoção de uma cultura de paz e da não violência nos estabelecimentos de ensino.

4.1 Conceito de Violência

A violência é, por sua própria natureza, instrumental; como todos os meios, está sempre à procura de orientação e de justificativas pelo fim que busca. É aquilo que necessita de justificar-se através de algo mais não pode ser a essência de coisa alguma. (ARENDR, 1969, p.14)

A palavra violência tem origem do latim *violentia*, que significa a "qualidade de violento". O conceito tem a ver com "qualidade ou caráter de violento, do que age com força, ímpeto. Ação violenta, agressiva, que faz uso da força bruta: cometer violências" (DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS, 2020).

A World Health Organization (Organização Mundial de Saúde) define a violência como:

The intentional use of physical force or power, threatened or actual, against oneself, another person, or against a group or community, that either results in or has a high likelihood of resulting in injury, death, psychological harm, maldevelopment or deprivation (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 1996, p.13).⁸

Neste mesmo sentido Chauí (2013, 260) conceitua violência, para a Autora:

⁸ Tradução: O uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação.

A violência é percebida como exercício da força física e da coação psíquica para obrigar alguém a fazer alguma coisa contrária aos seus interesses e desejos, contrária ao seu corpo e à sua consciência, causando-lhe danos profundos e irreparáveis como a morte, a loucura, a autoagressão ou a agressão aos outros.

Arendt (1969) explica que a violência necessita de instrumentos, estes instrumentos podem ser materiais, como por exemplo, a violência física, ou simbólica.

Para Bourdieu (1989) as produções simbólicas, como a língua, a cor ou religião funcionam como instrumentos de dominação. Segundo este autor:

É assim que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a domesticação dos dominados (BOURDIEU, 1989, p. 11).

4.2 Um breve histórico sobre a violência

A violência está presente desde os primórdios da Humanidade. Antes do surgimento dos direitos humanos prevaleceu a violência e brutalidade. De acordo com Brandão (2010, p. 321) “na antiguidade, a privação da liberdade era considerada, de regra, apenas como pré-requisito do suplício físico ou da morte”.

De acordo com Lopes (2014, p.25) na idade média “a prisão mantinha o caráter de lugar de custódia, pois as penas eram bárbaras, como a amputação de braços, pernas, olhos, língua, entre outras mutilações”. Nessa época, prevalecia a vingança privada, quando uma pessoa cometia uma violência a vingança recaía sobre o ofensor, seus parentes e até mesmo sobre tribos inteiras. Até o surgimento do Estado, prevalecia a vingança privada. Com o surgimento do Estado surgiram também as leis para regular a vida em sociedade. Para Beccaria (2015)

As leis foram as condições que reuniram os homens, a princípio independentes e isolados, sobre a superfície da Terra. Cansados de só viver no meio de temores e de encontrar inimigos por toda parte, fatigados de uma liberdade que a incerteza de conservá-la tornava inútil, sacrificaram uma parte dela para gozar do resto com mais segurança. (BECCARIA, 2012, p.41)

O período entre os séculos XV e XVIII, que compreendem a idade moderna, ficou conhecido como um período de transição onde a prisão deixou de ser apenas

um lugar de custódia. Neste período consideravam que “[...] a pena de morte já não era uma solução adequada, já que não se podia aplicar a tanta gente.” (BITENCOURT, 2010, p. 37).

De acordo com Arendt (2007, p. 41), referindo-se à violência incontrolada que assolava a Europa na idade moderna, “segundo o pensamento político do século dezessete, os homens só poderiam escapar se estabelecessem um governo que, através do monopólio do poder e da violência, abolisse a guerra de todos contra todos por atemorizar a todos”. Apesar disso, nesta época o Estado também punia a violência com uma violência maior ainda.

Com a revolução francesa, que é usada como marco da passagem da Idade Moderna para a Idade Contemporânea, foi aprovada a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, proclamando que os homens nascem livres e iguais em direitos. Entretanto, neste período milhares de pessoas foram mortas na guilhotina sem julgamentos por serem consideradas inimigas da revolução.

Na atualidade há uma banalização da violência. Segundo Bitencourt:

A prisão, em vez de conter a delinquência, tem lhe servido de estímulo, convertendo-se em um instrumento que oportuniza toda espécie de desumanidades. Não traz nenhum benefício ao apenado; ao contrário, possibilita toda a sorte de vícios e degradações. (BITENCOURT, 2016, p. 600)

Dessa forma percebemos que a violência sempre esteve presente na história. E, combater a violência que assola a sociedade contemporânea é um grande desafio para a humanidade.

4.3 A violência entre opressores e oprimidos

A violência é erroneamente vinculada à prática de crimes e contravenções, numa visão estreita, enquanto está presente em diversas formas e graus em todas as sociedades. Durante muito tempo a educação também aproveitou da violência para

provocar medo e obediência coletiva. Era normal utilizar-se da violência como forma de controle social. Neste Sentido, Para Arendt (1969, p.14) “A força e a violência parecem ser técnicas bem-sucedidas de controle social e persuasão se tiverem amplo apoio popular”.

Freire (1959) revela o “antidiálogo” como uma forma de violência institucionalizada, especialmente nas instituições educacionais. Dessa forma, a escola tradicional pode ser definida como violenta, pois nesses ambientes não há uma preocupação com prática de educação dialógica, mas possivelmente “verbalista, propedêutica e antidemocrática” (FREIRE, 1959, p. 98).

Em outra passagem, Freire (1959, p. 98) afirma a violência da educação bancária que, ao em vez de integrar, o Educando é “domesticado”, pelo “assistencialismo” verbal de que o alimenta.

Assistencialismo que deforma o homem. Que “domestica” o homem. O seu grande perigo está na violência do seu antidiálogo que, impondo ao homem mutismo e passividade, não lhe oferece condições especiais para o desenvolvimento ou a abertura de sua consciência que, nas democracias, há de ser cada vez mais crítica. (FREIRE, 1959 p. 14)

Freire (1967, p.49) ao tratar da violência que vem da relação entre opressor e oprimido relata que o oprimido “tem o dever, de reagir à violência dos que lhe pretendam impor silêncio”. Para o autor:

Toda relação de dominação, de exploração, de opressão já é, em si, violenta. Não importa que se faça através de meios drásticos ou não. É, a um tempo, desamor e óbice ao amor. Óbice ao amor na medida em que dominador e dominado, desumanizando-se o primeiro, por excesso, o segundo, por falta de poder, se fazem coisas. E coisas não se amam. De modo geral, porém, quando o oprimido legitimamente se levanta contra o opressor, em quem identifica a opressão, é a ele que se chama de violento, de bárbaro, de desumano, de frio. É que, entre os incontáveis direitos que se admite a si a consciência dominadora tem mais estes: o de definir a violência. O de caracterizá-la. O de localizá-la. E se este direito lhe assiste, com exclusividade, não será nela mesma que irá encontrar a violência. Não será a si própria que chamará de violenta. Na verdade, a violência do oprimido, ademais de ser mera resposta em que revela o intento de recuperar sua humanidade, é, no fundo, ainda, a lição que recebeu do opressor. Com ele, desde cedo, como salienta Fanon, é que o oprimido aprende a torturar. Com uma sutil diferença neste aprendizado — o opressor aprende a torturar, torturando o oprimido. O oprimido, sendo torturado pelo opressor. (FREIRE, 1967, p. 49)

Arendt (1969) também se posiciona sobre o mesmo assunto de maneira semelhante. Para a autora:

Quem jamais duvidaria que as vítimas da violência sonham com a violência, que os oprimidos “sonham diariamente pelo menos uma vez em colocarem-se” na pele do opressor, que os pobres sonham com as posses dos ricos, os perseguidos com uma troca “do papel de caça para aquele do caçador” e os últimos do reino onde “os últimos serão os primeiros, e os primeiros, os últimos”? (ARENDR, 1969, p.15)

Nestes casos, a violência do opressor acaba gerando mais violência por parte do oprimido. A condição social leva a exclusão e marginalização tanto mentalmente como financeiramente. Seria correto culpar o opressor por descontar sua raiva e suas angustias no oprimido? O oprimido teria o direito de se tornar opressor e revidar a agressão sofrida? “Ninguém questiona o uso da violência em legítima defesa, pois o perigo é não apenas nítido como também presente, e o fim que justifica os meios é imediato”. (ARENDR, 1969, p. 33)

Para Arendt (1969, p. 29) “nada é mais comum do que a combinação entre a violência e o poder”. Ainda segundo a autora “apresenta-se a violência como a última opção para que a estrutura de poder seja mantida intacta contra os vários tipos de desafios. (...) Parece realmente ser a violência o pré-requisito do poder, e o poder nada mais que uma fachada.” (ARENDR, 1969, p. 29)

A violência sendo instrumental, na visão de Arendt (1969), tem necessidade de justificação por outro meio, já o poder não necessita de justificação, mas sim de legitimidade. “A legitimidade, quando desafiada, baseia-se em um apelo ao passado, enquanto a justificativa diz respeito a um fim que se encontra no futuro”. (ARENDR, 1969, p. 33)

Em sua obra *Pedagogia do Oprimido*, Freire (1983) se dedica a explicitar como se dá a violência nas relações entre opressores e oprimidos. Para Freire (1983, p.46) “Enquanto a violência dos opressores faz dos oprimidos homens proibidos de ser, a resposta destes à violência daqueles se encontra infundida do anseio de busca do direito de ser”. Ainda segundo o autor, a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos é libertar-se a si e aos seus opressores. (FREIRE, 1983, p.31)

Para Arendt (2007, p.141) “A emancipação do trabalho e a concomitante emancipação das classes trabalhadoras em relação à opressão e à exploração certamente significaram progresso na direção da não-violência”.

Freire (1983) trata de educação libertadora em oposição à educação bancária, que aqui assume uma forma de violência escolar, pois educação bancária é vista pelo autor como um instrumento de opressão em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los. Já a educação libertadora surge como uma forma de superar essa contradição educador-educandos através da relação dialógica.

Enquanto na prática “bancária” da educação, antidialógica por essência, por isto, não comunicativa, o educador deposita no educando o conteúdo programático da educação, que ele mesmo elabora ou elaboram para ele, na prática problematizadora, dialógica por excelência, este conteúdo, que jamais é “depositado”, se organiza e se constitui na visão do mundo dos educandos, em que se encontram seus “temas geradores”. (FREIRE, 1983, p.120)

Dessa forma, para Freire (1983) a educação libertadora pressupõe a relação dialógica entre professor e aluno, relação esta que só é capaz de ocorrer entre iguais.

A escola é um lugar privilegiado para problematizar estas questões sociais já que é possível que tanto opressor como o oprimido possam ser agressores e vítimas em momentos diferentes. Por isso, a importância do papel fundamental da educação no sentido de libertar os sujeitos dessa espiral de violência, porque se a situação não muda é provável que ela se repita.

4.4 A violência no ambiente escolar

A violência está institucionalizada na sociedade e, na escola, esta violência é reproduzida em maior ou menor grau.

A violência escolar se expressa em várias modalidades: violência entre alunos, violência de aluno contra professor, da escola e do professor contra o aluno, entre os profissionais da educação, do sistema de ensino contra a escola e o professor, do funcionário contra o aluno, do aluno contra o patrimônio da escola (depredação) e outras. (RISTUM,2010, p .79)

Charlot (2002, p.434) aponta três distinções conceituais da violência escolar: “a violência na escola, a violência à escola e a violência da escola”. Segundo o autor:

A violência na escola é aquela que se produz dentro do espaço escolar, sem estar ligada à natureza e às atividades da instituição escolar: quando um bando entra na escola para acertar contas das disputas que são as do bairro, a escola é apenas o lugar de uma violência que teria podido acontecer em qualquer outro local (...). A violência à escola está ligada à natureza e às atividades da instituição escolar: quando os alunos provocam incêndios, batem nos professores ou os insultam, eles se entregam a violências que visam diretamente a instituição e aqueles que a representam(...). A violência da escola: uma violência institucional, simbólica, que os próprios jovens suportam através da maneira como a instituição e seus agentes os tratam (modos de composição das classes, de atribuição de notas, de orientação, palavras desdenhosas dos adultos, atos considerados pelos alunos como injustos ou racistas(...)) (CHARLOT, 2002 p.434).

4.4.1 Violências contra a escola

Para Ristum (2010) a desvalorização social e o empobrecimento do professor é uma forma de violência contra a escola. Além disso, a autora traz como exemplos mais comuns de violências contra a escola, “depredações, arrombamentos e roubos realizados por pessoas alheias aos educandários”. (p.71)

De acordo com Charlot (2002)

Assiste-se, há alguns anos, a um aumento do número "de intrusões externas" na escola: trata-se, por vezes, da entrada nos estabelecimentos escolares, até mesmo nas próprias salas-de-aula, de bandos de jovens que vêm acertar, na escola, contas das disputas nascidas no bairro; trata-se, mais seguidamente ainda, de um pai, de uma mãe, de um irmão, de um amigo, que vem vingar brutalmente uma "injustiça" sofrida por um aluno, da parte de um membro do pessoal da escola. (CHARLOT, 2002, p. 433)

Ristum (2010, p.72) aponta que a solução encontrada pelas escolas para lidar com essas violências é colocar grades nas portas e janelas, suspender os muros e solicitar mais policiamento.

4.4.2 Violência simbólica

Na perspectiva de Charlot (2002) a violência simbólica é a principal violência promovida pela escola. É uma violência institucionalizada, que ocorre através da maneira como a escola e seus agentes tratam os estudantes e são tratados pelos seus superiores.

A violência simbólica é utilizada como forma de dominação, inclusive pelos professores, posto que os símbolos são instrumentos estruturados e estruturantes de conhecimento. Mas também os professores estão sujeitos a essa violência, ao ter que cumprir prazos, programas, preencher formulários, cadernetas etc., ou seja, atender às determinações vindas de cima, sem que o professor tenha participação na sua elaboração. Assim, nas nossas instituições escolares, percebe-se o professor com um duplo papel: de um lado, como representante do poder, exerce o papel de dominador; de outro, o papel de dominado, submetendo-se a regulamentos e exigências burocraticamente estabelecidas, em que os aspectos organizacionais administrativos se sobrepõem à pedagogia. (RISTUM, 2010 P.74)

Dessa forma, percebe-se que a violência simbólica é comum nas escolas e “isto implica especificamente a ideia de que, para que haja violência simbólica, é necessária uma aceitação das normas estabelecidas na escola, tanto por parte de quem exerce a violência quanto por quem a ela é submetido”. (RISTUM, 2010, p.75)

Ainda segundo a autora, neste ambiente “são maiores as chances de sucesso dos alunos das classes socioeconômicas mais altas, já que pertencem a um meio familiar provido de bagagens culturais e linguísticas dominantes que constituem a base sobre a qual se estruturam os sistemas educacionais”. (RISTUM, 2010, p.74)

4.4.3 Violências na escola

As violências na escola são as principais manifestações de violência que ocorrem nas escolas brasileiras, estas manifestações podem ser psicológicas ou físicas.

Para Ristum:

A violência escolar se expressa em várias modalidades: violência entre alunos, violência de aluno contra professor, da escola e do professor contra o aluno, entre os profissionais da educação, do sistema de ensino contra a escola e o professor, do funcionário contra o aluno, do aluno contra o patrimônio da escola (depredação) e outras. (RISTUM, 2010, p.79)

De acordo com Fante (2005) dentre as violências na escola entre os alunos o *bullying* vem causando grandes preocupações para os profissionais que atuam na educação. Para a autora:

O bullying é aquela expressão que se apresenta de forma velada, por meios de um conjunto de comportamento cruéis, intimidadores, prolongadamente contra a mesma vítima, e cujo poder destrutivo é perigoso à comunidade escolar e à sociedade como um todo, pelos danos causados ao psiquismo dos envolvidos (FANTE, 2005, p. 119).

Conforme Ristum (2010):

Uma modalidade mais recente do fenômeno vem se desenvolvendo rapidamente, acompanhando o progresso tecnológico: o cyberbullying, que se utiliza basicamente de telefones celulares, especialmente os dotados de inúmeras funções, e de computadores ligados à Internet. Meninas são filmadas ou fotografadas em cenas sexuais, meninos são provocados para brigar e são fotografados no momento em que estão apanhando, cenas são forjadas com os recursos da informática, tudo com o objetivo de divulgá-las na Internet, de forma a expor os colegas a situações humilhantes e vexatórias. (RISTUM, 2010, p.101)

O Ministério da Saúde define a violência psicológica como:

[...] toda ação ou omissão que causa ou visa causar dano à autoestima, a identidade ou ao desenvolvimento da pessoa. Inclui: ameaças, humilhações, chantagem, cobranças de comportamento, discriminação, exploração, crítica pelo desempenho sexual, não deixar a pessoa sair de casa, provocando isolamento de amigos e familiares, ou impedir que ela utilize o seu próprio dinheiro. Dentre as modalidades de violência, é a mais difícil de ser identificada. Apesar de ser bastante frequente, ela pode levar a pessoa a se sentir desvalorizada, sofrer de ansiedade e adoecer com facilidade, situações que se arrastam durante muito tempo e, se agravadas, podem levar a pessoa a provocar suicídio (BRASIL, 2002).

De acordo com Ristum (2010) sobre as violências por parte de alunos contra a escola, ou seja, as depredações ao patrimônio escolar, em geral, em lugar de prevenir às ocorrências, as escolas adotam medidas repressivas sem nenhum comprometimento com seu projeto pedagógico.

É importante ressaltar que o uso de violência, seja física ou psicológica, constrói, na sala de aula, um ambiente pouco propício à aprendizagem e, na escola pública, constitui mais um fator de agravamento da exclusão social a que estão submetidas as parcelas de baixo nível socioeconômico da população. (RISTUM, 2010, p.87)

4.5 Do combate a violência a educação para a Paz

“[...] a paz é um absoluto [...]” (Arendt 1969).

Antes do desenvolvimento do direito internacional, uma variedade de leis justificaram atrocidades e genocídios praticados contra a humanidade. Podemos dizer que a preocupação com a cultura de paz e de não violência começou a ser discutida a nível de âmbito global após a Segunda Guerra Mundial. Para combater práticas desumanas foi criada a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948 (DHDU).

A DUDH foi criada com intenção de contribuir com a construção de um mundo com, promovendo a organização de princípios de igualdade, envolvendo a paz e a democracia. Neste sentido, a DUDH determina que:

Artigo 1º Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.

Artigo 2

1. Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

2. Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.

Artigo 3º Todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

(...)

Artigo 5

Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

(...)

Artigo 11º 1. Toda a pessoa acusada de um ato delituoso presume-se inocente até que a sua culpabilidade fique legalmente provada no decurso de um processo público em que todas as garantias necessárias de defesa lhe sejam asseguradas.

(...)

Artigo 26º 1. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.

2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do ser humano e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos. (Declaração Universal dos Direitos Humanos. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948.)

A CF foi inspirada pela DUDH, trazendo em seu texto a promoção e proteção dos direitos humanos. O princípio da dignidade da pessoa humana também é um dos postulados fundamentais do nosso ordenamento jurídico, positivado no art. 1º, inciso III, da CF, ele é um dos principais princípios constitucionais e deverá reger todo o ordenamento jurídico pátrio. Da mesma maneira, o princípio da isonomia, ou princípio da igualdade, está relacionado com a DUDH e possui previsão legal no art. 5º, caput,

da CF, segundo o qual “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”. Dessa maneira, pelo princípio da isonomia, não deve haver distinção entre os seres humanos. Ainda assim, este princípio determina que os iguais sejam tratados do mesmo modo assim como permite que os desiguais tenham tratamento desigual. Não seria equivocada afirmar que a violência e até mesmo as desigualdades sociais são consequências diretas do desrespeito aos direitos humanos. Dessa forma entendemos que para haver paz é necessário isonomia.

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: (...) II - prevalência dos direitos humanos; (...) VI - defesa da paz; VII - solução pacífica dos conflitos;

Em seu artigo 6º A CF traz os direitos sociais:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, CF1988)

No que se refere ao direito a educação a CF determina que:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, CF 1988)

Dessa forma, a educação deveria ser proporcionada a todos, sem distinção, sendo dever do Estado e da família a formação do sujeito.

A Lei nº 9.394 (BRASIL, 1996) também dispõe do mesmo tema de maneira semelhante no seu art. 2º segundo o qual “a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996).

A Lei nº 8.069 (BRASIL, 1990), que trata sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, já em seu artigo primeiro dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Cabe salientar que, no mesmo sentido dispõe a CF no que se refere a educação ser um direito de todos e fazer parte dos direitos sociais expressos no seu art. 6º.

A Lei nº 13.185, (BRASIL, 2015), instituiu o Programa de Combate ao *Bullying* em âmbito nacional. Apresentamos os principais artigos desta lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (**Bullying**) em todo o território nacional.

§ 1º No contexto e para os fins desta Lei, considera-se intimidação sistemática (**bullying**) todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas.

Art. 2º Caracteriza-se a intimidação sistemática (**bullying**) quando há violência física ou psicológica em atos de intimidação, humilhação ou discriminação e, ainda:

- I - ataques físicos;
- II - insultos pessoais;
- III - comentários sistemáticos e apelidos pejorativos;
- IV - ameaças por quaisquer meios;
- V - grafites depreciativos;
- VI - expressões preconceituosas;
- VII - isolamento social consciente e premeditado;
- VIII - pilhérias. (BRASIL, 2015)

Dessa forma esta lei visa combater o *bullying* em todas as formas em que se apresenta, sejam elas: verbal, moral, sexual, social, psicológica, física, material e ainda virtual (BRASIL, Lei nº 13.185 Art. 3º). Sobre este tema, temos também a Lei nº 13.277 (BRASIL, 2016), que institui o dia 7 de abril como o Dia Nacional de Combate ao Bullying e à Violência na Escola.

Posteriormente, com a promulgação da lei LEI Nº 13.663 (BRASIL, 2018), tivemos um acréscimo no artigo 12 da LDB:

Art. 1º O caput do art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos IX e X:

IX - promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (**bullying**), no âmbito das escolas;

X - estabelecer ações destinadas a promover a cultura de paz nas escolas. (BRASIL, 1996).

Mais recentemente, a Lei 14.164 (Brasil, 2021) também alterou a LDB, para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da

educação básica, e instituir a “Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher”.

Art. 26 (...) § 9º Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança, o adolescente e a mulher serão incluídos, como temas transversais, nos currículos de que trata o caput deste artigo, observadas as diretrizes da legislação correspondente e a produção e distribuição de material didático adequado a cada nível de ensino.

Art. 2º Fica instituída a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, a ser realizada anualmente, no mês de março, em todas as instituições públicas e privadas de ensino da educação básica, com os seguintes objetivos:

I - contribuir para o conhecimento das disposições da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha);

II - impulsionar a reflexão crítica entre estudantes, profissionais da educação e comunidade escolar sobre a prevenção e o combate à violência contra a mulher;

III - integrar a comunidade escolar no desenvolvimento de estratégias para o enfrentamento das diversas formas de violência, notadamente contra a mulher;

IV - abordar os mecanismos de assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar, seus instrumentos protetivos e os meios para o registro de denúncias;

V - capacitar educadores e conscientizar a comunidade sobre violência nas relações afetivas;

VI - promover a igualdade entre homens e mulheres, de modo a prevenir e a coibir a violência contra a mulher; e

VII - promover a produção e a distribuição de materiais educativos relativos ao combate da violência contra a mulher nas instituições de ensino. (Brasil, 2021)

No que se refere a prevenção e combate à violência contra mulher no Município de Jaguarão temos a Lei nº 6770/2019 (Jaguarão, 2019) que estabelece a promoção de ações que visem à valorização de mulheres e meninas e à prevenção e combate à violência contra a mulher no Município de Jaguarão.

Art. 1º. Fica estabelecida a promoção de ações que visem à valorização de mulheres e meninas e à prevenção e combate à violência contra as mulheres na rede municipal de ensino no Município de Jaguarão.

Art. 2º. São diretrizes das ações referidas no art. 1º desta Lei:

I. Capacitação das equipes pedagógicas e demais trabalhadores e trabalhadoras em educação;

II. Promoção de campanhas educativas com o intuito de coibir a práticas preconceituosas e outros atos de agressão, discriminação, humilhação, intimidação, constrangimento, bullying e violência contra mulheres e meninas;

III. Identificação e problematização de manifestações discriminatórias de qualquer natureza;

IV. Identificação e problematização das formas de violência e de discriminação contra mulheres e meninas com deficiência;

- V. Realização de debates, reflexões e problematização sobre o papel historicamente destinado a mulheres e meninas, de maneira a estimular sua liberdade e sua autonomia;
- VI. Integração com a comunidade, as organizações da sociedade civil e os meios de comunicação tradicionais, comunitários e digitais;
- VII. Atuação em conjunto com as instituições públicas e privadas formadoras de profissionais de educação;
- VIII. Atuação em conjunto com os conselhos municipais da mulher, da criança e do adolescente e da educação, pessoas com deficiência, procuradoria da mulher;
- IX. Estimulo ao registro e à socialização de práticas pedagógicas que atuem no sentido da erradicação de todas as formas de discriminação contra mulheres e meninas;
- X. Intercâmbio com as redes de ensino privadas e das esferas federal e estadual; e
- XI. Estudo sobre a legislação, especialmente Lei do Femicídio e a Lei Maria da Penha.
(Jaguarão, Lei nº 6770/2019)

No âmbito da rede de ensino público estadual do Rio Grande do Sul a Lei 14.030/12 dispõe acerca das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar (CIPAVE). Apresento alguns dos seus principais artigos:

Art. 1.º Poderão ser instituídas, nas escolas da rede de ensino público estadual do Rio Grande do Sul, as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar – CIPAVE –, como instância integrante dos Conselhos Escolares instituídos pela Lei n.º 10.576, de 14 de novembro de 1995, que dispõe sobre a Gestão Democrática do Ensino Público e dá outras providências.

Art. 2.º Compete às Comissões instituídas por esta Lei:

I - identificar os locais de risco de acidentes e violências ocorridos no âmbito escolar e arredores, fazendo mapeamento dos mesmos;

II - definir a frequência e a gravidade dos acidentes e violências ocorridos na comunidade escolar; I

II - averiguar circunstâncias e causas de acidentes e violência na escola;

IV - planejar e recomendar medidas de prevenção dos acidentes e violências e acompanhar a sua execução;

V - estimular o interesse em segurança na comunidade escolar;

VI - colaborar com a fiscalização e observância dos regulamentos e instruções relativas à limpeza e à conservação do prédio, das instalações e dos equipamentos;

VII - realizar, semestralmente, estudo estatístico dos acidentes e violências ocorridos no ambiente escolar, divulgando-o na comunidade e comunicando-o às autoridades competentes.

Art. 3.º A CIPAVE será composta por representantes dos alunos, pais, professores, direção da escola e funcionários, respeitada a pluralidade, estando previsto um suplente para cada um dos titulares. (Rio Grande do Sul, Lei 14.030/12)

Estas comissões são uma estratégia no âmbito estadual para identificar, mapear e prevenir acidentes e violências nas escolas.

Percebemos que a violência é uma realidade em toda sociedade. No que se refere ao combate à violência presente nas escolas também está prevista na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) a proteção integral da criança e do adolescente. Apesar de a violência ser um fenômeno social presente em toda sociedade, a legislação pátria prevê uma série de mecanismos de combate à violência, mas muito pouco se faz no sentido de prevenção. Dessa forma, a questão do combate a violência nas escolas e a promoção de uma cultura de paz e da não violência se torna obrigação dos estabelecimentos de ensino. Entretanto, apesar da previsão legislativa, no âmbito escolar está prevalecendo a cultura da violência em detrimento da cultura de paz.

Sob a perspectiva do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) entendemos que a educação tem também um papel preventivo da criminalidade e da violência já que “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.” (BRASIL 1990, art.53).

Apesar dos problemas educacionais vivenciados quotidianamente pela população as escolas trabalham em prol de uma cultura de paz. Entretanto, apesar da previsão legislativa neste sentido, as escolas, sozinhas, não estão dando conta de resolver esta problemática. Percebemos que, no âmbito escolar, está prevalecendo a cultura da violência em detrimento da cultura de paz.

4.5.1 Cultura de Paz

A Organização das Nações Unidas (ONU) apresenta uma definição da cultura de paz na Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz que ocorreu no ano de 1999. Segundo seu artigo primeiro:

Uma Cultura de Paz é um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida baseados:

a) No respeito à vida, no fim da violência e na promoção e prática da não-violência por meio da educação, do diálogo e da cooperação;

- b) No pleno respeito aos princípios de soberania, integridade territorial e independência política dos Estados e de não ingerência nos assuntos
- c) que são, essencialmente, de jurisdição interna dos Estados, em conformidade com a Carta das Nações Unidas e o direito internacional;
- d) No pleno respeito e na promoção de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais;
- e) No compromisso com a solução pacífica dos conflitos;
- f) Nos esforços para satisfazer as necessidades de desenvolvimento e proteção do meio-ambiente para as gerações presente e futuras;
- g) No respeito e promoção do direito ao desenvolvimento;
- h) No respeito e fomento à igualdade de direitos e oportunidades de mulheres e homens;
- i) No respeito e fomento ao direito de todas as pessoas à liberdade de expressão, opinião e informação;
- j) Na adesão aos princípios de liberdade, justiça, democracia, tolerância, solidariedade, cooperação, pluralismo, diversidade cultural, diálogo e entendimento em todos os níveis da sociedade e entre as nações; e animados por uma atmosfera nacional e internacional que favoreça a paz.

Dessa forma, a proposta de educação para a paz pressupõe o respeito aos direitos humanos, assim como, associar a paz à ausência de qualquer tipo de violência.

Nesse processo, o indivíduo ao mesmo tempo em que internaliza as formas culturais, as transforma e intervém em seu meio. Desse ponto de vista, o homem é visto como alguém que transforma e é transformado nas relações produzidas em uma determinada cultura. É, portanto na relação dialética com o mundo que o sujeito se constitui e se desenvolve (VYGOTSKY apud REGO, 2005, p. 5).

No Brasil, o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela a Lei nº 13.005/14, traz em sua redação o combate a violência e promoção da cultura de paz no ambiente escolar, segundo a meta 7.23 do PNE é necessário:

Garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade; (Plano Nacional de Educação, meta 7.23 2014).

Neste mesmo sentido dispõe a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) e o Referencial Curricular Gaúcho (RCG), que é o documento norteador dos currículos das escolas gaúchas desde 2019, segundo estes documentos, é obrigação das escolas “debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência do cunho religioso, de modo a assegurar os

direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura da paz”. (BNCC, 2017 p.447, RCG, 2019, p. 52)

Para Ana Maria Freire:

Paz só pode se instaurar como consequência de alguma educação crítico-conscientizadora, como a que Paulo propôs: “não creio em nenhum esforço chamado de educação para a Paz que, em lugar de desvelar o mundo das injustiças o torna opaco e tenta miopizar as suas vítimas. ”Fica claro que para Paulo a Paz não é um dado dado, um fato intrinsecamente humano comum a todos os povos, de quaisquer culturas. Precisamos desde a mais tenra idade formar as crianças na “Cultura da Paz”, que necessita desvelar e não esconder, com criticidade ética, as práticas sociais injustas, incentivando a colaboração, a tolerância com o diferente, o espírito de justiça e da solidariedade. (FREIRE, 2006, p.391).

Dessa forma, constatamos que para Freire 2006 a busca pela paz é diária e que o diálogo tem um papel de grande importância nessa caminhada, pois através dele professores e alunos, convivendo como iguais, poderão se tornar agentes de transformação de uma cultura da violência em uma cultura da paz. Neste sentido:

A Paz tem sua grande possibilidade de concretização através do diálogo freireano porque ele inscreveu na sua epistemologia crítica a intenção de atingi-la. O diálogo que busca o saber fazer a Paz na relação entre subjetividades entre si e com o mundo e a objetividade do mundo, isto é, entre os cidadãos e a possibilidade da convivência pacífica, é a que autentica este inédito-viável. A educação pelo diálogo que forma homens e mulheres na e voltada para cultura da Paz, da solidariedade, da fraternidade, e da libertação humana. Em suma, para Paulo “A Paz se cria, se constrói na construção incessante da justiça social.”. (FREIRE, 2006, p.391).

Percebemos que está previsto no PNE, RCG e BNCC a Educação para a Paz. Entendemos que é essencial uma reflexão sobre a cultura da paz e da não violência, já que é uma questão urgente combater a violência nas escolas. Diante disso, se faz necessário discutir a questão da violência na escola em contraponto com a cultura da paz, onde se prevê uma revisão sobre a prática pedagógica capaz de promover uma mudança nesta realidade.

5 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Lidar com a violência na escola é uma problemática que vem causando preocupação aos profissionais da educação. Neste sentido, os encontros com os professores possibilitaram o estudo e a reflexão sobre a problemática da violência no âmbito da escola *lócus* desta pesquisa.

As discussões possibilitaram pensar estratégias na tentativa de mudar este cenário atual. Após os procedimentos de análise de conteúdo, os dados coletados foram reunidos em cinco categorias que serão apresentadas abaixo: A violência na escola Padre Pagliani; A mediação de conflitos como uma forma de prevenção da violência; A busca pela Paz; Os possíveis caminhos para a mudança; Avaliação da pesquisa.

5.1 A violência na escola Padre Pagliani

A categoria “a violência na escola Padre Pagliani” descreve os resultados da pesquisa apontando a existência de violência na escola.

A totalidade dos professores desse grupo de pesquisa afirma que já sofreram ou presenciaram algum tipo de violência dentro da escola. De acordo com os questionários respondidos, a violência física e verbal foram as mais citadas.

Já sofri agressão física por parte de um ex-aluno que invadiu a escola para bater em outro aluno. (Pesquisador D)

Fui agredida verbalmente por um aluno que estava totalmente desequilibrado por se sentir prejudicado pela professora. (Pesquisador V)

No decorrer de mais de vinte anos de trabalho, já sofri violência física da parte de alunos, em sala de aula, mesmo nos anos iniciais. Tive mais de aluno que tentou me bater reproduzindo situações que viviam em casa e eram consideradas como normais. Trabalhando na EJA, já fui ameaçada por alunos menores de idade usuários de substâncias ilícitas em sala de aula. Sem falar algumas vezes do trato difícil com alguns pais que não aceitam as considerações feitas na escola. Presenciei o secretário da escola onde trabalho ser agredido fisicamente aos socos por uma mãe. (Pesquisador E)

Os depoimentos dos pesquisadores confirmam os dados do INEP que concluem que a falta de segurança nas escolas reproduz a violência na sociedade,

sendo que 83,6% das escolas brasileiras mantêm os portões trancados durante o horário de funcionamento para promover a segurança dos alunos (INEP, 2013).

No que se refere aos episódios de violência nas escolas do Município de Jaguarão, o pesquisador MD relata que houve um caso de uma professora municipal que se exonerou e abandonou a docência devido a uma agressão sofrida por um aluno. Segundo o pesquisador MD: “Nada foi feito em defesa dessa professora! Que indignação! Saiu para não apanhar... é triste, mas é a realidade!”. O pesquisador F também se posicionou quanto ao caso relatando que, na época do ocorrido, a professora agredida foi chamada na Secretaria de Educação para conversar sobre o ocorrido, mas segundo o pesquisador F:

Não houve jeito dela querer continuar. A secretaria de educação ia tomar atitudes necessárias, mas não tomou porque a professora não queria mais continuar. Ela já tinha se decidido a não continuar mais no município, era uma decisão dela com a família. Porque ela achava que poderia haver mais represálias se a secretaria de educação tomasse alguma atitude mais drástica em relação ao que aconteceu. (Pesquisador F)

Neste mesmo sentido, o pesquisador G relata que, nos casos de ameaças e violências sofridas pelos professores, eles ficam com medo de denunciar porque sabem que não vai dar em nada: “Não vou me incomodar, levar para frente, porque tem consequências negativas tanto para escola e como para os professores que estão na escola”. Ao final deste relato os outros pesquisadores demonstraram muita preocupação com a realidade enfrentada e afirmaram que este é o posicionamento adotado pela maioria. De acordo com Ristum (2010, p. 82) “Mesmo que a violência não o atinja diretamente, o professor se vê envolvido por prestar solidariedade ao colega agredido ou pelos sentimentos que experimenta ao se colocar no lugar do agredido”.

O pesquisador V também relata que “fica com medo! que é constrangedor, mas já passou por situações em que teve que mandar o filho sentar longe para alguns alunos não perceberem se tratar de seu filho”. Os pesquisadores afirmam que essa situação de medo e insegurança acaba gerando um adoecimento docente, já que o ambiente escolar acaba se tornando um ambiente que não te faz bem. Como consequências aparecem casos de depressão, atestados e desligamentos.

Sobre a violência nas escolas a nível nacional, a grande maioria dos professores já sofreu ou presenciou algum tipo de violência no ambiente escolar. Segundo os dados do INEP no ano de 2017, sobre a percepção dos diretores sobre a

ocorrência de situações de violência na escola em que trabalham, 48,9 % relataram já terem presenciado agressão verbal ou física de alunos a professores ou funcionários da escola. Enquanto 69,2 % dos diretores das escolas brasileiras relataram já terem presenciado episódios agressão verbal ou física de alunos a outros alunos da escola.

O Pesquisador J relata que “a parte social do aluno conta muito, que muitos alunos vêm com problemas de casa. E aonde ele vai largar a irá dele? Com os colegas!”. O Pesquisador F complementa que “em muitos casos os alunos sofrem violências em casa e reproduzem essa violência, às vezes até em maior intensidade, na escola”. Neste sentido, é neste ambiente, para Fernández (2005, p. 36), “o primeiro modelo de socialização de nossas crianças”.

Com relação às desigualdades sociais, consideramos de extrema importância ponderar o contexto familiar em que os educandos estão inseridos. Esta é uma questão muito preocupante, pois desencadeiam dificuldades no processo de ensino e aprendizagem. Com relação a essa disparidade, Freire traz em seu livro *Pedagogia da Esperança* um depoimento de um pescador que, apesar de passados mais de 50 anos, muito se assemelha com nossa realidade e vai ao encontro do depoimento do Pesquisador F:

– Doutor, nunca fui à sua casa, mas vou dizer ao senhor como ela é. Quantos filhos tem? É tudo menino?
 – Cinco – disse eu – mais afundado ainda na cadeira. Três meninas e dois meninos.
 – Pois bem, doutor, sua casa deve de ser uma casa solta no terreno, que a gente chama casa de “oitão livre”. Deve de ter um quarto só para o senhor e sua mulher. Outro quarto grande, é pras três meninas.
 Tem outro tipo de doutor que tem um quarto pra cada filho e filha. Mas o senhor não é desse tipo, não.
 Tem outro quarto para os dois meninos. Banheiro com água quente. Cozinha com a “linha Arno”, Um quarto de empregada bem menor do que os dos filhos e no lado de fora da casa. Um jardinzinho com grama “ingresa” (inglesa). O senhor deve de ter ainda um quarto onde bota os livros – sua livraria de estudo. Tá se vendo, por sua fala, que o senhor é homem de muitas leituras, de boa memória.
 Não havia nada a acrescentar nem a retirar. Aquela era a minha casa. Um mundo diferente, espaçoso, confortável.
 – Agora, veja, doutor, a diferença. O senhor chega em casa cansado. A cabeça até que pode doer no trabalho que o senhor faz. Pensar, escrever, ler, falar esses tipos de fala que o senhor fez agora. Isso tudo cansa também. Mas – continuou – uma coisa é chegar em casa, mesmo cansado, e encontrar as crianças tomadas banho, vestidinhas, limpas, bem comidas, sem fome, e a outra é encontrar os meninos sujos, com fome, gritando, fazendo barulho. E a gente tendo que acordar às quatro da manhã do outro dia pra começar tudo de novo, na dor, na tristeza, na falta de esperança. Se a gente bate nos

filhos e até sai dos limites não é porque a gente não ame eles não. É porque a dureza da vida não deixa muito pra escolher. (FREIRE, 1992, p. 13-14).

Percebemos, através do depoimento de Freire, que as desigualdades sociais por si só já são uma forma de violência.

Ainda sobre a violência no âmbito escolar, o pesquisador J comentou que “no ano de 2017, enquanto era diretor da escola, um aluno que frequentava o turno da noite pediu transferência para o diurno para poder pegar outro aluno”. Após a transferência o pesquisador comenta que “viu esses dois alunos discutindo no pátio da escola e que os levou para a sala da direção”.

Quando vi esses meninos se atracaram a socos e pontapés. Quebraram toda a sala. Eu gritava e não sabia o que fazer. Que atitude tomar? Chamar a polícia? Chamar os pais? Tentei separar com medo de levar um soco. Depois chamamos os pais (Pesquisador J, Diário de Campo).

Percebemos, através da fala do pesquisador J, as dificuldades encontradas para lidar com os episódios de violência na escola, principalmente quando se trata de violência física. A fala também evidencia o sentimento de despreparo dos professores para lidar com essas situações. Apesar dos episódios de violência serem frequentes na escola, segundo a análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) e do Regimento Escolar, nada foi encontrado no que se refere a formas de proceder quanto aos episódios de violência na escola.

Para o pesquisador M, “a violência aumentou muito quando se perdeu o respeito com os professores das escolas”. Segundo o pesquisador, “agora a gente é tia. Não se tem mais um respeito, os alunos não respeitam os pais vão respeitar os professores? Se os pais apanham em casa a tia apanha na escola também”. O pesquisador G relata que antes dos professores serem considerados parentes dos alunos havia respeito e valorização do trabalho docente. Os pesquisadores afirmam que apesar de termos e demonstrarmos carinho pelos alunos, somos professores e não "tios e tias". Sobre esta questão Freire dispõe que:

A tentativa de reduzir a professora à condição de tia é uma “inocente” armadilha ideológica em que, tentando-se dar a ilusão de adocicar a vida da professora, o que se tenta é amaciar a sua capacidade de luta ou entretê-la no exercício de tarefas fundamentais. (FREIRE, 1997, p. 25)

Para Charlot (2002, p.437) “os ataques a professores ou os insultos que lhes são dirigidos já não são raros: aí também, um limite parece ter sido transposto, o que faz crescer a angústia social”.

Para Ristum, se faz necessário:

A implementação de uma política de valorização da educação e do magistério é urgente e deve voltar-se para a formação dos professores, a partir de soluções para os problemas estruturais da educação, como é o caso de melhores condições de trabalho e salários dignos. (RISTUM, 2010 p. 67)

O pesquisador F também comenta que “se perdeu a autonomia do professor, que tem que existir a disciplina⁹ na escola”. Consideramos como formas de violência tanto a indisciplina dos alunos como os modelos de disciplinação utilizados como forma de dominação. Para o pesquisador V “aparentemente os alunos tem em casa outro discurso, contrário ao da escola”. Diante desta fala fica claro o distanciamento da família dos alunos na escola.

No que se refere ao relacionamento entre as famílias o pesquisador J diz que “tem muitos pais que falam na escola que não aguentam mais os filhos”. Neste mesmo sentido, segundo o pesquisador V “a maioria dos problemas que acontecem com os alunos é porque falta orientação e apoio em casa e que a escola sozinha não consegue dar conta. Sobre a falta de apoio e orientação em casa o pesquisador F diz que presenciou um pai de aluno perguntando para a promotora de justiça “O que eu tenho que fazer para me livrar dessa criança”? ”

De acordo com o pesquisador V “esta é uma situação muito complexa porque não existe apoio e a escola sozinha não consegue dar conta. Às vezes a gente não tem condições, acabamos precisando de ajuda externa. Às vezes a gente acha que dá conta, mas acaba não dando”.

O pesquisador M diz que “o professor precisa ter um apoio de um psicólogo. Pois essa situação é muito estressante. O professor tem que engolir tem que se fazer de surda para não tumultuar mais... a noite é totalmente sozinha. Somos nós e Deus!”. Diante desta fala o grupo de pesquisadores julgou relevante e necessário um apoio especializado também para o professor.

O Regimento Escolar da Escola Padre Pagliani em seu Art.228, IV proíbe aos alunos “discriminar, usar de violência, agredir fisicamente e/ou verbalmente colegas,

⁹ Disciplina aqui assume o significado de respeito ao regulamento da escola.

professores e demais funcionários da instituição de ensino.” Apesar da vedação a violência na escola, percebemos que apenas proibir os atos de violência não resolve o problema.

Já o Art. 236 XV do Regimento Escolar traz como competência dos pais ou responsáveis “prevenir todas as formas de violência no ambiente escolar”. Neste sentido, entendemos que cabe aos pais contribuir com a prevenção da violência no ambiente escolar. Para isso entendemos que os pais devem estar atentos a qualquer tipo de mudança de comportamento que tenham como causa possíveis indicadoras de violências e contribuir para o encontro de uma solução.

Nos casos de violência verbal e ou física entre os alunos a escola adota como prática a retirada do aluno de sala de aula. Nestes casos os envolvidos são encaminhados para a direção da escola onde a equipe diretiva atua na resolução desses episódios de violência com os envolvidos e seus responsáveis ou, nos casos mais graves, se dá o encaminhamento ao Conselho Tutelar.

No caso da escola *lócus* desta pesquisa a totalidade dos pesquisadores relata já terem sofrido ou presenciado algum tipo de violência nas dependências da escola. O pesquisador V afirma que nos casos mais complicados a escola recorre a Brigada Militar. O pesquisador V relata que em dois episódios muito complicados os professores foram ameaçados e foi necessária a intervenção da Polícia Militar.

A escola *lócus* desta pesquisa mantém os portões trancados no turno da noite como uma forma de garantir a segurança dos alunos. Ainda assim, os pesquisadores demonstraram preocupação com a segurança dos alunos na saída da escola. O pesquisador V relata, que por muitas vezes, foi solicitado um segurança para a escola no período da noite, mas esse pedido nunca foi atendido. Também foi solicitada a BM a presença de um policial na saída da escola, mas a solicitação também não foi atendida. Sobre esse assunto o pesquisador J se manifesta dizendo que “guarda na frente das escolas do município não existe”. O pesquisador V diz que todas as vezes que a BM passou na frente da escola foi através de solicitação.

O pesquisador M relata que deveria ter um guarda na frente das escolas municipais, assim como acontece nas escolas estaduais. O pesquisador D relata que na legislação está prevista a proteção integral das crianças e dos adolescentes, mas ele (o Estado) não cumpre com esta previsão legal.

Percebemos a violência também no uso e no comércio de drogas. O pesquisador G relata que era comum a venda de drogas por parte dos alunos no

entorno e até nas dependências na escola: “ A gente sabe o que eles carregam na mochila, mas não podemos revistar”. Neste sentido, de acordo com Ristun (2010, p.71), “O tráfico organizado descobriu, nas escolas, um importante filão de consumo e, especialmente nas públicas, um local em que crianças e adolescentes são facilmente aliciados para trabalhar por ele”.

Para o pesquisador G, “A falta de estrutura nas famílias gera mais violência, pois não há apoio por parte da família”. O pesquisador MD afirma que a escola tem que procurar dar o maior suporte possível, porque não vamos conseguir apoio dos pais. Segundo o pesquisador os pais alegam que trabalham e não tem tempo para o filho, “matriculam e nunca mais, jogam lá pra dentro e tchau”. Para o pesquisador G “a escola virou um depósito”.

Buscamos um ambiente sem violência. Portanto, para lidar com esses problemas entendemos que não basta apenas reagir a violência é necessário romper à inércia e iniciar um trabalho no sentido de prevenção. Neste sentido, os pesquisadores entendem que se faz necessário aproximar a família da escola e iniciar um trabalho de conscientização que ultrapasse os muros da escola.

5.2 A mediação dos conflitos como uma forma de prevenção da violência

Na categoria “A mediação dos conflitos como uma forma de prevenção da violência”, os pesquisadores apresentam os conflitos presentes na escola. A partir das discussões, compreendemos que a resolução pacífica dos conflitos, através da mediação, é uma forma de prevenir e combater a violência.

Partimos do pressuposto que a violência é um fenômeno que pode ser prevenido e evitado. Diante disso, durante os encontros de formação, buscamos formas positivas de resolução dos conflitos como uma forma para a prevenção da violência.

Entendemos o conflito como algo natural, inerente a condição humana e presente em todas as sociedades. Como podemos perceber abaixo na definição de Chrispino:

Conflito é toda opinião divergente ou maneira diferente de ver ou interpretar algum acontecimento. A partir disso, todos os que vivemos em sociedade temos a experiência do conflito. Desde os conflitos próprios da infância, passamos pelos conflitos pessoais da adolescência e, hoje, visitados pela maturidade, continuamos a conviver com o conflito intrapessoal (ir/não ir, fazer/não fazer, falar/não falar, comprar/não comprar, vender/não vender,

casar/não casar etc.) ou interpessoal, sobre o qual nos deteremos. São exemplos de conflito interpessoal a briga de vizinhos, a separação familiar, a guerra e o desentendimento entre alunos. (CHRISPINO, 2007, p.15)

Já para Hammes (2009, p. 87) “o conflito é tradicionalmente encarado como algo ruim e negativo. No entanto não é, em absoluto, obstáculo a uma cultura de paz, estando na gênese de muitos grupos sociais, constituindo-se em fonte importante de mudanças e transformações.”.

Hammes (2009) e Chispino (2007) compreendem o conflito como algo normal que acontece onde há pessoas com pensamentos e posicionamentos diferentes. Dessa forma, os conflitos estão presentes em todos os espaços e dependendo da forma utilizada na sua resolução podem gerar efeitos negativos ou positivos nas pessoas. Ante o exposto, percebemos que a gestão pacífica dos conflitos no âmbito escolar é uma estratégia fundamental para manter o ambiente saudável além de contribuir com a prevenção da violência.

Para o pesquisador D, em resposta ao questionário:

Para resolvermos os conflitos de forma que eles não se direcionem para a violência na escola podemos dedicar um maior tempo para trabalharmos as diferenças, sempre de forma pacífica e através do diálogo. Para diminuir a violência escolar podemos buscar estratégias para desenvolvermos um trabalho de prevenção da violência. (Pesquisador D)

Na escola *lócus* desta pesquisa, todos os professores relataram terem presenciado algum tipo de conflito. A diferença entre os alunos foi apontada pelos pesquisadores como a principal causa geradora dos conflitos no ambiente escolar. Sobre essa causa Chispino (2007, p.17) salienta que:

Podemos esperar que, pela diferença entre as opiniões, haja conflito no espaço escolar. Um conflito criado pela diferença de conceito ou pelo valor diferente que se dá ao mesmo ato. Professores e alunos dão valores diferentes à mesma ação e reagem diferentemente ao mesmo ato: isso é conflito. Como a escola está acostumada historicamente a lidar com um tipo padrão de aluno, ela apresenta a regra e requer dos alunos enquadramento automático. Quanto mais diversificado for o perfil dos alunos (e dos professores), maior será a possibilidade de conflito ou de diferença de opinião. (CHRISPINO, 2007, P.17)

Neste sentido, para o pesquisador E, em resposta ao questionário:

Muitas vezes, o conflito faz parte do cotidiano da escola. Conflito entre professores e pais, entre colegas que não concordam com determinadas posturas, entre os professores e alunos que tem interesses diferentes e nem

sempre se fazem entender no seu propósito. Em professores com a direção ou outros órgãos de instância superior. (Pesquisador E)

Para o pesquisador E

O conflito não é necessariamente ruim, mas a forma como tratamos a situação. Às vezes a pessoa conflituosa só quer chamar a atenção e a forma como lidamos com as situações fazem a diferença para amenizar ou agravar o problema, o foco deve ser no problema e não em rotular a pessoa conflituosa.” (Pesquisador E, Questionário)

Outra demonstração de conflito gerado na escola apontado pelo pesquisador M é a divergência de ideias, no caso relatado, o aluno que estuda e faz as atividades corretamente entra em conflito com os demais colegas que são relapsos nas suas atividades escolares: “Quando existe aquele aluno correto nos seus afazeres ele é criticado pelos colegas, e forma um conflito muito grande. Com muita conversa se consegue contornar essa situação.” O conflito relatado é um exemplo que pode ser resolvido facilmente através do diálogo.

Entendemos que se as escolas não derem conta de resolver as problemáticas do cotidiano escolar os conflitos atingirão uma proporção que podem ter consequências médicas ou policiais. Sendo assim, criar estratégias baseadas no diálogo se apresentam como possibilidade de prevenção da violência escolar já que a totalidade dos pesquisadores afirmavam lidar diariamente com os conflitos na escola sem ter uma preparação ou uma estratégia definida para lidar com os conflitos. Parte dos pesquisadores tentavam conversar com os alunos envolvidos enquanto outros retiravam os alunos da sala de aula e encaminhavam para a direção da escola resolver o problema.

Os professores desta pesquisa entendem a importância da capacitação para prevenir com que os conflitos se desenvolvam em violência. Ante a ausência de estratégias prévias para lidar com os conflitos foi necessário realizar um estudo prévio que serviu de preparação para o encontro. Foi realizada uma pesquisa e troca de informações através do grupo de WhatsApp, sobre formas não violentas de resolução dos conflitos passíveis de serem implementadas na escola. Em consonância com esse propósito, a totalidade dos pesquisadores optou pela estratégia da mediação¹⁰

¹⁰ Mediação de conflitos é “o procedimento no qual os participantes, com assistência de uma pessoa imparcial – o mediador -, colocam as questões em disputa com o objetivo de desenvolver opções, considerar alternativas e chegar a um acordo que seja mutuamente aceitável” (CHRISPINO 2007, p. 22 e 23).

de conflitos por acreditarem no diálogo como uma ferramenta capaz de contribuir na resolução desta problemática. Para Chrispino (2007, p.23) “A mediação pode induzir a uma reorientação das relações sociais, a novas formas de cooperação, de confiança e de solidariedade; formas mais maduras, espontâneas e livres de resolver as diferenças pessoais ou grupais”.

Para Chrispino:

O primeiro ponto para a introdução da mediação de conflito no universo escolar é assumir que existem conflitos e que estes devem ser superados a fim de que a escola cumpra melhor as suas reais finalidades. Há, portanto, dois tipos de escola: aquela que assume a existência do conflito e o transforma em oportunidade e aquela que nega a existência do conflito e, com toda a certeza, terá que lidar com a manifestação violenta do conflito, que é a tão conhecida violência escolar (CHRISPINO, 2007, p.23).

A pesquisa indica uma convergência dos pesquisadores em torno dos conflitos no ambiente escolar e, visando evitar que os conflitos se desenvolvam em violências foram elaboradas estratégias para lidar com os conflitos na escola, baseadas na mediação e no diálogo entre os envolvidos.

No contexto escolar, diante dos conflitos, o professor atuará como mediador na própria sala de aula, ouvindo as partes envolvidas e tentando resolver os conflitos através do diálogo.

Nos casos em que os conflitos não são resolvidos entre os envolvidos com a ajuda do professor mediador se dará o encaminhamento dos alunos para a secretaria, onde a equipe diretiva também irá intervir como mediadora buscando dialogar com os envolvidos no conflito.

Por último, no caso de os conflitos não serem resolvidos entre as partes com o auxílio dos professores mediadores, se dará o chamamento dos responsáveis pelos alunos na escola, onde novamente o professor e a equipe diretiva atuarão como mediadores.

A Mediação, para Chrispino (2007, p.23) “pode induzir a uma reorientação das relações sociais, a novas formas de cooperação, de confiança e de solidariedade; formas mais maduras, espontâneas e livres de resolver as diferenças pessoais ou grupais”.

Assim sendo, o conflito na escola ganha um novo sentido: ele é encarado de modo positivo e até como necessário ao crescimento dinâmico do ser humano, dependendo, sobretudo, do modo como forem tratados e

solucionados, dentro de um ambiente afetivamente quente e construtivo. (ESTÊVÃO 2008, p. 210)

Neste sentido, para Nunes:

O diálogo visando resolver o problema passa a ser uma ação educativa, pois todos os envolvidos, sem julgamentos prévios ou definições, passam a se responsabilizar e a criar solução para o caso. [...] Em vez de culpar e punir, o foco é restaurar as relações entre as pessoas envolvidas no conflito, criando uma cultura de diálogo, respeito mútuo e paz (NUNES, 2011, p. 46).

Dessa forma, ao contrário da violência, percebemos que o conflito no ambiente escolar é inevitável. Sendo assim, através da mediação dos conflitos promovendo o diálogo, buscaremos crescimento e aprendizagens a partir dos conflitos.

5.3 A busca pela paz

Na categoria “A busca pela paz”, os pesquisadores sugerem a busca pela paz como um caminho em busca da não violência.

A busca pela paz é diária e está diretamente relacionada à prevenção da violência. Neste sentido, uma das saídas para combater e prevenir a violência nas escolas seria preparar o ambiente escolar para ter como base a não violência.

Para os pesquisadores a busca pela paz pode ser feita através da formação continuada, do diálogo e também através de palestras e seminários que visem a conscientização dos participantes.

Neste sentido, o pesquisador D, em resposta ao questionário, relata que:

No que se refere a promover a paz na escola podemos incentivar a criação de grupos de estudo visando dialogar sobre o tema e compartilhar as informações com os pares. (Pesquisador D)

A partir deste relato entendemos a importância do professor no sentido agir como mediador dessas situações.

A Deusa da Justiça (Thêmis) é cega, principalmente para as desigualdades. A busca pela paz também subentende a busca pela igualdade de condições entre as pessoas na sociedade. Neste sentido, a transformação da realidade onde vivem por os educandos está prevista no PPP da escola. Já que:

Nossa escola visa uma educação baseada na formação integral do ser humano, onde nossos alunos possam inserir-se na sociedade,

transformando-se em cidadãos que atuem positivamente em todos os sentidos, bem como transformem a realidade onde estejam inseridos, com consciência de seus direitos e deveres. (PPP. 2019, p.4)

Entendemos que a falta de recursos humanos e materiais dificultam o processo de ensino e aprendizagem na escola. Sobre a falta de recursos humanos o pesquisador F, referindo-se a falta de um segurança na escola, relata que “ a gente não pode parar de pedir porque as demandas são muitas”. Sobre um segurança na escola é unânime entre os pesquisadores a importância deste profissional para garantir a segurança dos alunos contra a violência que vem de fora da escola, pois para buscar a paz a escola deve garantir a segurança dos alunos.

O pesquisador D relata que a escola teve problemas com alunos que chegavam à escola visivelmente sob efeito de drogas. Segundo o pesquisador era muito difícil lidar com essas situações, principalmente no sentido de controlar esses alunos para que não prejudicassem os demais colegas.

A educação para a paz nas escolas apresenta-se como uma alternativa para diminuir a violência.

5.4 Os possíveis caminhos para a mudança

A categoria “Os possíveis caminhos para a mudança” os pesquisadores indicam possíveis ações a serem tomadas para mudar este cenário atual.

Para os pesquisadores para combater a violência é necessário investir em educação básica de qualidade a todas as pessoas sem distinção. Também são necessárias políticas públicas na área da segurança pública e um trabalho de prevenção de todos os tipos de violência.

Foram criadas quatro subcategorias: Legitimar as práticas dos profissionais; Firmar parcerias com a comunidade escolar e entes públicos; A formação continuada dos professores; Trabalhar a capacidade de perdoar.

5.4.1 Legitimar as práticas dos profissionais

Segundo a análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) e do Regimento Escolar, nada foi encontrado no que se refere a formas de proceder quanto aos episódios de violência na escola. Frente a esta ausência de regulamentação nestes documentos, faltam regulamentação e legitimação quanto a este tema, para as práticas dos profissionais que atuam na escola.

Diante da importância destes documentos retratarem a realidade escolar e servirem de orientação para os professores e demais membros da comunidade escolar, os pesquisadores sentiram a necessidade de inserirem nestes documentos orientações de como lidar com essas situações de violência.

Tendo em vista as problemáticas levantadas nos encontros, principalmente no que se refere ao sentimento de insegurança entre os profissionais e a falta de legitimação para as formas utilizadas pela escola para lidar com as violências, como um dos possíveis caminhos para mudança deste cenário atual os pesquisadores acordaram em atualizar o PPP e o Regimento Escolar para acrescentar um capítulo para tratar da violência escolar, da resolução dos conflitos e da educação pela paz.

Diante da promessa de reformulação destes documentos conjuntamente com os demais professores, a atualização destes documentos se dará e servirá para legitimar o trabalho dos professores na escola. Nestes documentos, serão discutidas e desenvolvidas orientações e posicionamentos para serem adotados frente às situações de violência que se apresentarem. Para Arendt:

A solução para o problema da imprevisibilidade, da caótica incerteza do futuro, está contida na faculdade de prometer e cumprir promessas (...) obrigar-se através da promessa, serve para criar, no futuro, que e por definição um oceano de incertezas, certas ilhas de segurança, sem as quais não haveria continuidade e menos ainda durabilidade de qualquer espécie, nas relações entre os homens. (ARENDR, 2007 p.48)

De acordo com os pesquisadores, o diálogo é a chave para aproximar e conscientizar todos, os conflitos devem ser resolvidos com muita calma e serenidade cabendo ao professor também aprender a escutar um pouco mais.

5.4.2 Firmar parcerias com a comunidade escolar e entes públicos

Os pesquisadores compreendem que a mudança para ser efetiva precisa de apoio de fora da escola. Neste sentido, entendemos que é necessário firmarmos parcerias com a comunidade escolar e também com entes públicos e privados.

Os pesquisadores entendem que a busca pela paz não deve ser tarefa exclusiva da escola, pode partir da escola, mas se não tiver continuidade fora do âmbito escolar dificilmente teremos resultados positivos a longo prazo. Neste sentido, entendemos que é importante que esse trabalho de conscientização aconteça junto com a comunidade escolar.

Na busca pela paz é essencial manter um ambiente de diálogo. Neste sentido, os pesquisadores afirmam a importância de escutar as sugestões da comunidade escolar e dos educandos para a promoção da paz e diminuição da violência na escola.

Entendemos que firmar parcerias com entes públicos é necessário, pois o Estado deve garantir a segurança dos alunos principalmente, no que se refere às violências e ao uso e comércio de drogas no entorno da escola. Além disso, pode ser feito um trabalho de prevenção da violência em conjunto com a escola através de palestras e ações concretas na resolução dos problemas pontuais que se apresentarem.

5.4.3 A formação continuada dos professores

Os pesquisadores entendem que se faz necessário a formação continuada dos professores e dos profissionais que atuam na educação no sentido de capacitá-los para lidar com essas situações envolvendo violências.

Ficou evidente para o grupo de pesquisa o sentimento de medo, insegurança e despreparo para lidar com essas situações envolvendo a violência na escola. Diante dessa preocupação entendemos que é necessário um espaço para continuarmos nos capacitando nesse sentido.

Nesta pesquisa entendemos que a mediação de conflitos e o diálogo com os educandos é uma ação que pode ser aplicada na escola no sentido de afastar a violência da escola em busca da paz. Entretanto conforme os aprofundamentos nos estudos aprenderemos juntos outros caminhos a seguir em direção da paz e da não violência.

Entendemos que uma alternativa para contribuir com o desempenho escolar dos alunos e para melhorar a relação entre pais, professores, funcionários e direção

é uma maior participação da comunidade escolar nas decisões da escola. Neste sentido, a escola tem demonstrado interesse em trabalhar nestas formações em conjunto com a comunidade escolar.

De acordo com o pesquisador V

Não é comum trabalhar esse tema nas escolas, fica muito no trabalho pedagógico. Nós sentimos a violência, mas não buscamos uma solução. Às vezes na correria do dia-a-dia não temos tempo para conversar. Agora se acontecer de novo já temos mais informações de como proceder. (Pesquisador V)

Sendo assim, ao final desta pesquisa nos sentimos um pouco mais preparados para lidar com estas questões ainda que haja um longo caminho a percorrer. Neste sentido, os professores se sentiram desafiados a ingressarem no Mestrado para expandirem seus conhecimentos e tornarem-se mais capacitados para transformarem o cenário atual.

5.4.4 Trabalhar a capacidade de perdoar

Os pesquisadores acreditam que devemos trabalhar a capacidade de perdoar o outro e a nós mesmos. Neste sentido, “se não fôssemos perdoados, eximidos das consequências daquilo que fizemos, nossa capacidade de agir ficaria, por assim dizer, limitada a um único ato do qual jamais nos recuperaríamos”. (ARENDDT, 2007 P. 249)

No processo penal o perdão do ofendido é causa extintiva da punibilidade, prevista no artigo 107, V, do CP, nestes casos o querelante perdoa o querelado desculpando-o pela prática da infração penal. Nos crimes de ação penal privada, como por exemplo: calúnia, injúria e difamação, o perdão funciona como uma desistência do prosseguimento da ação. Contudo, o perdão é ato bilateral, isto é, só extinguirá a punibilidade se for aceito.

Dessa forma, percebemos que na escola, oferecer o perdão aos agressores é um caminho em direção à paz, já que ele está no lado oposto da violência.

5.4 Avaliação da Pesquisa

O último passo proposto por Tripp (2005) avaliar os resultados da ação ocorreu de forma contínua e permanente durante os encontros através do diálogo. No último encontro presencial os pesquisadores participantes, fizeram uma análise dos instrumentos de coleta de dados e avaliaram que os encontros presenciais e remotos foram condizentes com os objetivos da pesquisa.

Por fim, os pesquisadores julgaram que foi possível alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa-ação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa objetivou, a partir de uma cultura de diálogo, buscar estratégias na Educação de Jovens e Adultos (EJA), analisando se estas estratégias foram oportunas para o combate à violência e a promoção da cultura de paz. Entendemos que os temas trabalhados foram muito complexos e que dificilmente se esgotariam em uma primeira análise. Entretanto, com esta pesquisa, esse grupo de professores se uniu e, desta união nasceu um grupo de pesquisadores, com um objetivo em comum: trabalhar pela paz e pelo combate a violência. Esta simples união em busca de paz, apesar de tanta violência, já é um motivo para esperar.

O procedimento metodológico utilizado foi a pesquisa-ação. Esta pesquisa foi realizada em conjunto com oito professores que atuam na EJA da escola. Os professores responderam um questionário e participaram de sete encontros síncronos. Os dados foram coletados e analisados através da análise de conteúdo, proposta por Moraes (1999).

O referencial teórico versou sobre os conceitos de violência traçando um diálogo entre, principalmente, os autores Paulo Freire e Hannah Arendt. A partir da pesquisa e do referencial teórico estudado foi possível planejar ações que possibilitem trabalhar a resolução não violenta dos conflitos, que foi entendida pelos pesquisadores como uma forma de prevenção da violência escolar.

Ficou claro, para este grupo, que nos ambientes onde há diálogo há menos violência. Neste sentido, a equipe de pesquisadores se propôs adotar uma postura de diálogo frente aos conflitos e violências. Dessa forma, a mediação como forma de resolução não violenta dos conflitos se mostrou condizente com a realidade da escola e surgiu como uma estratégia que os pesquisadores se comprometeram implementar na escola na busca pela prevenção da violência.

Os resultados da pesquisa deram origem a cinco categorias: A violência na escola Padre Pagliani; A mediação de conflitos como uma forma de prevenção da violência; A busca pela paz; Os possíveis caminhos para a mudança; Avaliação da pesquisa. As considerações finais referentes a cada categoria serão apresentadas abaixo:

Na categoria “a violência na escola Padre Pagliani” verificamos a existência de violência na escola. Os pesquisadores apontam como as violências mais recorrentes a violência física e verbal entre os alunos, mas também apontam casos de violências

envolvendo alunos, professores e funcionários da escola. Para minimizar os efeitos desta problemática, buscamos alternativas, através de um trabalho de prevenção, para transformar o ambiente escolar em um ambiente sem violência.

Na categoria “A mediação dos conflitos como uma forma de prevenção da violência”, compreendemos que, ao contrário da violência, o conflito é inevitável no ambiente escolar. A mediação dos conflitos apresentou-se condizente com o objetivo desta pesquisa e foi entendida como uma forma para prevenir e combater a violência.

Com relação à categoria “A busca pela paz”, os pesquisadores sugerem a busca pela paz como um caminho em busca da não violência. Para os pesquisadores a busca pela paz pode ser feita através da formação continuada, do diálogo e também através de palestras e seminários que visem a conscientização dos participantes. Sendo assim, a educação para a paz nas escolas foi compreendida como uma alternativa para diminuir a violência.

No que se refere a categoria “Os possíveis caminhos para a mudança”, os pesquisadores entenderam que a prevenção e o combate à violência e a busca pela paz é um processo que não depende apenas da escola. Neste sentido, buscaremos firmar parcerias com a comunidade escolar e entidades públicas para auxiliar nesse processo de combate e prevenção da violência na escola em busca da paz.

Por fim, na categoria “Avaliação da pesquisa”, os pesquisadores participantes, julgaram que foi possível alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa-ação.

Esta pesquisa permitiu aos pesquisadores propor uma educação que contribua com a aprendizagem de uma cultura da paz. Desencadeou promessas de mudança e a organização do grupo de “Educadores para a paz”. Para Arendt (2007, p. 249) “Se não nos obrigássemos a cumprir nossas promessas, jamais seríamos capazes de conservar nossa identidade”.

Este grupo de Educadores para a paz pretende dar continuidade nesses estudos através de encontros mensais a serem realizados na escola. Continuamos buscando a paz como uma alternativa para superação da violência.

Cabe salientar, ainda, que essa pesquisa incentivou parte dos professores a continuarem sua formação através do Mestrado com o fim de tornarem-se pesquisadores mais capacitados para transformarem o cenário atual.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 10 ed., 2007.

_____. **Sobre a Violência**. Trad. Maria Claudia Drummond Rio de Janeiro: Relume Dumará

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.

BRANDÃO, Claudio. **Curso de Direito Penal - Parte Geral**, 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 11 dez. 2019.

_____. **Departamento Penitenciário Nacional**. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN - junho de 2014. 2014. 147 p Disponível em: <<https://www.gov.br/depen/pt-br/sisdepen/mais-informacoes/relatorios-infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2014.pdf/@@download/file/infopen-jun-2014.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2021.

_____. **Lei Nº 13.185 de 06 de novembro de 2015**. Institui o Programa de Combate à intimidação Sistemática (Bullying). Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm>. Acesso em: 04 jul.2021.

_____. **Lei nº 13.277 de 07 de abril de 2016**. Institui o dia 7 de abril como o Dia Nacional de Combate ao Bullying e à Violência na Escola. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13277.htm. Acesso em: 07 jul.2021

_____. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 12 dez. 2019.

_____. **Lei nº 9394 de 20 de Dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em:<www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 11 Dez. 2019.

_____. **Lei nº 13.005/14. Plano Nacional de Educação**. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>>. Acesso em: 05 Nov. 2020.

_____. **Lei nº 13.663/18.** *Altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino.* Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, maio. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13663.htm. Acesso em: 11 dez. 2019.

_____. **Lei nº 14.164/2021.** *Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher.* Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.164-de-10-de-junho-de-2021-325357131>. Acesso em: 04 jun. 2021.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 07 ago. 2021.

CHARLOT, B. **Violência nas escolas: como os sociólogos franceses abordam essa questão.** Sociologias p. 432 - 443, Porto Alegre. Ano 4, n. 8, jul./dez. 2002.

CHRISPINO, Álvaro. **Gestão do conflito escolar: da classificação dos conflitos aos modelos de mediação.** Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.15, n.54, p. 11-28, jan./mar. 2007.

CHAUI, Marilena. **Iniciação à filosofia** 2. ed. – São Paulo: Ática, 2013.

DIEHL, A. A.; TATIM, D. C. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: método e técnicas.** São Paulo: Prentice Hall, 2004.

ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PADRE PAGLIANI.. **Regimento escolar.** Jaguarão, 2019.

ESTÊVÃO, Carlos Vilar. Educação, conflito e convivência democrática. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação.** Rio de Janeiro, v. 16, n. 61, p. 503-514, out./dez., 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362008000400002&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em 04 abr. 2021.

FALKEMBACH, Elza Maria F. **Diário de campo : um instrumento de reflexão.** In: **Contexto e educação.** Ijuí, RS Vol. 2, n. 7 (jul./set. 1987), p. 19-24

FANTE, Cléo. **Fenômeno Bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz.** Campinas: Versus, 2005.

FERNÁNDEZ, I. **Prevenção da Violência e Solução de Conflitos: O clima escolar como fator de qualidade.** São Paulo: Madras, 2005.

FREIRE, Ana Maria Araújo. **Educação para a paz segundo Paulo Freire**. Revista Educação. Porto Alegre - RS, ano XXIX, n. 2 (59), p. 387 – 393, Maio/Ago. 2006. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/download/449/345>>. Acesso em 19 nov. 2020.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 12 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Educação e Atualidade Brasileira**. Tese de Concurso para a Cadeira de História e Educação - Escola de Belas Artes de Pernambuco, Recife, 1959.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia – o cotidiano do professor**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ONU. **Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz**. Disponível em: <www.comitepaz.org.br/dec_prog_1.htm>. Acesso em: 02 nov. 2020.

HAMMES, Lúcio Jorge. Formas de resolução de conflitos em escolas públicas de Jaguarão, RS. In: SELAU, Bento; HAMMES, Lúcio Jorge. (Orgs). **Educação inclusiva e educação para a paz: Relações possíveis**. São Luiz /MA: EDUFMA, 2009, p. 87-95.

HAMMES, Lúcio Jorge; SELAU, Bento e MELGAR JR., Eduardo Carralaga. **Círculos de aprendizagem: internet e o trabalho colaborativo**. Signos. Lajeado, v. 35, n. 2, p. 103-117, 2014. Disponível em: <<http://www.univates.br/revistas/index.php/signos/article/view/777>> Acesso em: 10 fev. 2020

Jaguarão. **Lei nº 6770/2019**. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rs/j/jaguarao/lei-ordinaria/2019/677/6770/lei-ordinaria-n-6770-2019-estabelece-a-promocao-de-aco-es-que-visem-a-valorizacao-de-mulheres-e-meninas-e-a-prevencao-e-combate-a-violencia-contra-a-mulher-no-municipio-de-jaguarao-o-senhor-prefeito-municipal-de-jaguarao>>. Acesso em: 10 fev 2021.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **Uma visão socioeducativa da educação como programa de reinserção social na política de execução penal**. 2010. Disponível em: < https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/vertentes/Vertentes_35/elionaldo.pdf >. Acesso em: 01 nov. 2020.
Lima, José. **As culturas colaborativas nas escolas: Estruturas, processos e conteúdos**. Porto: Porto Editora, 2002.

LOPES JUNIOR, Aury Celso. **Direito Processual Penal**, 13. ed. São Paulo: Saraiva,

2015.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

NUNES, Antônio Ozório. **Como Restaurar a Paz nas Escolas**. São Paulo: Contexto, 2011.

REGO, Teresa Cristina. **A origem da singularidade do ser humano. Análise das hipóteses de educadores à luz da perspectiva de Vygotsky**. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/283756988/A-Origem-Da-Singularidade-Do-Ser-Humano-TCR-1#download>. Acesso em 10 out. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. **Referencial Curricular Gaúcho**. Secretaria Estadual de Educação. Disponível em: <<http://portal.educacao.rs.gov.br/Portals/1/Files/1528.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2021.

RISTUM, Marilena. **Violência na Escola, da Escola e contra a Escola**. In: Assis, Simone Gonçalves de (org.) **Impactos da violência na escola: um diálogo com professores**. Organizado por Simone Gonçalves de Assis, Patrícia Constantino e Joviana Quintes Avanci. Rio de Janeiro: Ministério da Educação / Editora FIOCRUZ, 2010.

Thiollent, Michel, **Metodologia da pesquisa-ação**. 2. ed. São Paulo: Cortez 1986.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, 2005.

VIOLÊNCIA. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/violencia>. Acesso em: 03 out. 2020.

World Health Organization. **Global consultation on violence and health**. Violence: a public health priority. Geneva: WHO; 1996 (document WHO/EHA/ SPI.POA.2). Disponível em: https://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/en/full_en.pdf?ua=1. Acesso em: 03 out. 2020.

APÊNDICES

APÊNDICE I



Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEdu)

Carta de apresentação

Jaguarão, 04 de novembro de 2019.

Ilmo (a). Senhor (a):

Encaminhamos o mestrando Daniel Mendonça de Souza do Curso de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA - para coletar dados e desenvolver pesquisas apresentada como projeto de intervenção intitulado **“A EDUCAÇÃO PARA A PAZ E A RESOLUÇÃO PACÍFICA DOS CONFLITOS COMO CAMINHOS PARA PREVENIR E COMBATER A VIOLÊNCIA”**, orientado pelo professor Lúcio Jorge Hammes, que tem por objetivos, a partir de uma cultura de diálogo, buscar estratégias na Educação de Jovens e Adultos (EJA), analisando se estas estratégias serão oportunas para o combate à violência e a promoção da cultura de paz. Especificamente objetiva: a) Possibilitar uma reflexão sobre a problemática da violência no ambiente escolar estimulando a participação de professores como agentes promotores de uma cultura de paz; b) dialogar sobre formas positivas de resolução dos conflitos no ambiente escolar preparando a comunidade escolar Padre Pagliani para viver em uma cultura de paz.

Salientamos que as possíveis participações dos profissionais dessa instituição são espontâneas, livres de ressarcimento e devem se dar sem prejudicar o andamento das aulas em desenvolvimento.

Desde já, agradecemos à acolhida.

Dr. Lúcio Jorge Hammes
Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da
Unipampa

APÊNDICE II

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisador: Daniel Mendonça de Souza

e-mail: danieljaguarao@gmail.com / telefone (53) 984695257, inclusive a cobrar.

Pesquisador Orientador: Lúcio Jorge Hammes/UNIPAMPA

luciojhammes@unipampa.edu.br / telefones (53) 32614269, (53)984146651, inclusive a cobrar.

Curso: Mestrado Profissional em Educação – Campus Jaguarão

O (a) senhor (a) está sendo convidado a participar, como voluntário, em uma pesquisa intitulada **“A EDUCAÇÃO PARA A PAZ E A RESOLUÇÃO PACÍFICA DOS CONFLITOS COMO CAMINHOS PARA PREVENIR E COMBATER A VIOLÊNCIA ”** que tem por objetivo, a partir de uma cultura de diálogo, buscar estratégias na Educação de Jovens e Adultos (EJA), analisando se estas estratégias serão oportunas para o combate à violência e a promoção da cultura de paz. Especificamente objetiva: a) Possibilitar uma reflexão sobre a problemática da violência no ambiente escolar estimulando a participação de professores como agentes promotores de uma cultura de paz; b) dialogar sobre formas positivas de resolução dos conflitos no ambiente escolar preparando a comunidade escolar Padre Pagliani para viver em uma cultura de paz.

O convite a sua participação se deve por você compor o quadro de professores da escola que a pesquisa será realizada. Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado(a) de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Por outro lado, estará contribuindo para a qualificação formativa do mestrando envolvido no projeto. Seu nome e identidade serão mantidos em sigilo, e os dados da pesquisa serão armazenados pelo pesquisador responsável. Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas, entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade. Apenas os pesquisadores do projeto, que se comprometeram com o dever de sigilo e confidencialidade terão acesso a seus dados e não farão uso destas informações para outras finalidades, o material coletado será armazenado em local seguro. Ao final da pesquisa, todo material será mantido permanentemente em um banco de dados de pesquisa, com acesso restrito, sob a responsabilidade do pesquisador coordenador, para utilização em pesquisas futuras, conforme Resoluções 466/12 e 510/16 do CNS e orientações do CEP/Unipampa.

No caso você sentir algum desconforto de ordem física, psíquica, moral, intelectual, social ou cultural ou ainda algum constrangimento durante o processo da pesquisa, visando minimizar esses riscos, você poderá manifestar o desejo em recusar a responder a alguma pergunta ou tendo ainda à liberdade em se abster de participar da pesquisa, a qualquer tempo, sem prejuízos ou ônus.

Caso aceite participar da pesquisa, você será convidado(a) a responder o questionário e após realizar 7 encontros com duração de aproximadamente 1 hora. Os encontros serão organizados em forma de roda de conversa.

Os resultados serão apresentados aos participantes e uma cópia do relatório crítico-reflexivo ficará a disposição na escola.

Este termo é redigido em duas vias (não será fornecida cópia, mas sim outra via), sendo uma para o (a) participante e outra para o pesquisador. Todas as páginas deverão ser rubricadas pelo (a) participante da pesquisa e pelo pesquisador responsável, com ambas as assinaturas apostas na última página.

“Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Unipampa. O Comitê é formado por um grupo de pessoas que têm por objetivo defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e assim, contribuir para que sejam seguidos padrões éticos na realização de pesquisas”.

Tel do CEP/Unipampa: (55) 3911-0202, voip 2289

E-Mail: cep@unipampa.edu.br

<https://sites.unipampa.edu.br/cep/>

Endereço: Campus Uruguaiana – BR 472, Km 592

Prédio Administrativo – Sala 7A

Caixa Postal 118 Uruguaiana – RS

CEP 97500-970

Daniel Mendonça de Souza – (pesquisador de campo)

Informo que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa intitulada “**A EDUCAÇÃO PARA A PAZ E A RESOLUÇÃO PACÍFICA DOS CONFLITOS COMO CAMINHOS PARA PREVENIR E COMBATER A VIOLÊNCIA**” e concordo em participar.

- Autorizo o registro de imagem por foto/ filmagem.
 Não autorizo o registro de imagem por foto/ filmagem.

(Assinatura do participante da pesquisa)

Nome do participante:

Local e Data

APÊNDICE III

TERMO DE INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE



Os pesquisadores Daniel Mendonça de Souza e Lúcio Jorge Hammes responsáveis pela execução da pesquisa intitulada “A educação para a paz e a resolução pacífica dos conflitos como caminhos para prevenir e combater a violência” solicitam autorização para realização da referida pesquisa nesta instituição, que em caso de aceite passa a ser coparticipante do projeto. A autorização fica **condicionada à prévia aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unipampa** (Prédio Administrativo da Universidade Federal do Pampa, Campus Uruguaiana – BR 472, Km 592 – Uruguaiana – RS – telefones: (55) 3911 0200 – Ramal: 2289 (55) 3911 0202, – e-mail: cep@unipampa.edu.br) devidamente registrado junto à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP/MS), respeitando a legislação em vigor sobre ética em pesquisa em seres humanos no Brasil (Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 466/12 e regulamentações correlatas).

Em resposta a solicitação:

Eu, Janete Teixeira Araújo, ocupante do cargo de Diretora na Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Pagliani, autorizo a realização nesta instituição a pesquisa “A educação para a paz e a resolução pacífica dos conflitos como caminhos para prevenir e combater a violência”, sob a responsabilidade do pesquisador Daniel Mendonça de Souza, tendo como objetivo primário a partir de uma cultura de diálogo, buscar estratégias na Educação de Jovens e Adultos (EJA), analisando se estas estratégias foram oportunas para o combate à violência e a promoção da cultura de paz.

Afirmo que fui devidamente orientada sobre a finalidade e objetivos da pesquisa, bem como sobre a utilização de dados exclusivamente para fins científicos e que as informações a serem oferecidas para o pesquisador serão guardadas pelo tempo que determinar a legislação e não serão utilizadas em prejuízo desta instituição e/ou das pessoas envolvidas, inclusive na forma de danos à estima, prestígio e/ou prejuízo econômico e/ou financeiro. Além disso, durante ou depois da pesquisa é garantido o anonimato dos sujeitos e sigilo das informações.

Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes da pesquisa nela recrutados, dispondo da infraestrutura necessária para tal.

Jaguarão, ____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do responsável

APÊNDICE IV QUESTIONÁRIO

Este questionário é parte de uma pesquisa de mestrado.
Se for possível colaborar com esta pesquisa respondendo as perguntas abaixo
seremos muito gratos.

Dados de identificação (seu nome não será usado ou citado)

Nome: _____ Data: _____

1. O que você entende por violência?

2. Você já vivenciou situações de violência? Quais?

3. Na escola você já vivenciou ou sofreu algum tipo de violência? Conte como foi.

4. O que você entende por conflito?

5. Na escola, você já percebeu ou vivenciou algum conflito? Conte como foi.

6. Como os conflitos são resolvidos na escola?

7. Como você acredita que deveriam ser resolvidos os conflitos?

8. O que é preciso para combater a violência?

9. Como podemos promover a paz?

10. Sugira algumas ações que podemos utilizar para resolver os conflitos, diminuir a violência e promover a paz na escola.

ANEXOS

ANEXO I

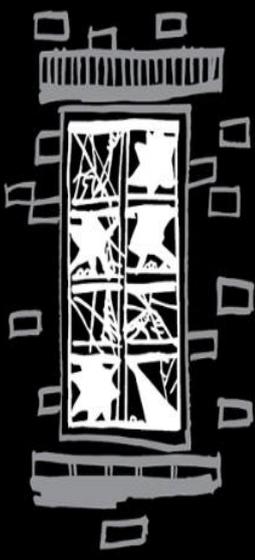
Material para o encontro I

Falta de 

SEGURANÇA

nas Escolas

Violência nas escolas reproduz a violência na sociedade

	83,6%	das escolas brasileiras mantêm os portões trancados durante o horário de funcionamento
	44,7%	das escolas no Brasil têm sinais de depredação
	71,8%	dos professores relataram agressões verbais ou físicas entre os alunos
	52,3%	dos professores testemunharam situações de agressão verbal ou física de alunos a professores ou funcionários da escola

Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil), 2013; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Disponível em: https://www.sismmac.org.br/disco/falta_seguranca_card1.png

ANEXO II
Material para o encontro II



Disponível em: <http://mineiros.com/wp-content/uploads/2011/03/ameaca-professor.jpg>

CRIANÇAS ARMADAS NAS ESCOLAS



Disponível em:
https://vignette.wikia.nocookie.net/mouse/images/c/c8/Charge_armas_escola.jpg/revison/latest?cb=20140414204655&path-prefix=pt-br



Disponível em:

<https://pedagogiaaopedaleta.com/wp-content/uploads/2011/08/escola03.jpg>



Disponível em: <http://arquivo.anec.org.br/wp-content/uploads/2014/10/box-violencia-contra-profesores.jpg>

ANEXO III
Material para o terceiro encontro



Práticas de sucesso na
resolução de conflitos

sm

limpos por Os anúncios bloqueados para Youtube™ [Share](#)

Práticas de sucesso na resolução de conflitos - Telma Vinha

89.757 visualizações  904  41  COMPARTILHAR  SALVAR ...

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9gk_Cb7NLMQ

ANEXO IV

SOLO LE PIDO A DIOS

Leon Giecco / Mercedes Sosa

Sólo le pido a Dios
Que el dolor no me sea indiferente,
Que la reseca muerte no me encuentre
Vacío y solo sin haber hecho lo suficiente.

Sólo le pido a Dios
Que lo injusto no me sea indiferente,
Que no me abofeteen la otra mejilla
Después de que una garra me arañó esta suerte.

Sólo le pido a Dios
Que la guerra no me sea indiferente:
Es un monstruo grande y pisa fuerte
Toda la pobre inocencia de la gente.

Sólo le pido a Dios
Que el engaño no me sea indiferente.
Si un traidor puede más que unos cuantos,
Que esos cuantos no lo olviden fácilmente.

Sólo le pido a Dios
Que el futuro no me se indiferente.
Deshuciado está el que tiene que marchar
A vivir una cultura diferente.

Sólo le pido a Dios
Que la guerra no me sea indiferente:
Es un monstruo grande y pisa flerte
Toda la pobre inocencia de la gente.